

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 9, N. 2, jul./dez. 2010



Fas. 75706 Clas. PER
Arquivo & Administração
v.9 n.2
jul./dez. 2010 ex.2

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 9, n. 2

jul./dez. 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Os arquivos na sociedade contemporânea <i>Bruno Delmas</i>
	15	Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos <i>Tom Nesmith</i>
	31	Reflexões e mudanças no mundo dos arquivos (Resenha de <i>Currents of archival thinking</i>) <i>Heloisa Liberalli Belloto</i>
	55	Arquivos públicos brasileiros: estudo dos processos de transferência da informação na internet e sua evolução <i>Anna Carla Mariz</i>

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 9

n. 2

p. 1- 72

jul./dez. 2010

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.

Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Reg. 75906

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira
Tesoureiro: Maria Celina Soares de Mello e Silva

Conselho Editorial

José Maria Jardim
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulo Roberto Elian dos Santos
Sérgio Conde de Albite Silva

EDITORIAL

O segundo número da Revista *Arquivo & Administração* apresenta ao seu leitor discussões recentes e que contribuem para literatura da área.

Seguindo nossa linha editorial de tradução de textos estrangeiros visando facilitar o acesso às discussões internacionais, neste número resgatamos duas conferências instigantes apresentadas no XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado na cidade de Santos (São Paulo) no período de 24 a 27 de agosto de 2010.

O professor da *École National des Chartes* (França), Bruno Delmas, abriu o Congresso com a conferência **Os arquivos na sociedade contemporânea**. O texto traduzido por Maria Celina Soares de Mello e Silva, arquivista do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCT, trata da sociedade globalizada, do papel dos arquivos frente a nova realidade virtual, e cita os desafios mundiais dos arquivos, que estão no contexto da segurança, na confiabilidade dos dados, na conservação do material, no acesso e no respeito à vida privada. A outra conferência de autoria do professor da University of Manitoba (Canadá), Tom Nesmith, e traduzida pela arquivista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Lucia Maria Velloso de Oliveira com o título **Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos**, propõe a criação de uma sociedade dos arquivos, na qual estes possuem um lugar central. Nessa sociedade, os arquivistas devem articular-se mais com os usuários de forma a produzir uma maior compreensão dos arquivos e criar novas possibilidades de uso dos documentos arquivísticos. Essa nova realidade influencia a formação do profissional e propõe que o arquivo se torne um lugar de produção do conhecimento, e não apenas se limite ao fornecimento de informações.

O terceiro artigo da Revista *Arquivo & Administração* é a resenha produzida pela professora da Universidade de São Paulo, Heloisa Liberalli Bellotto, sobre o livro organizado pelos professores Terry Eastwood (University British Columbia) e Heather MacNeil (University of Toronto), *Currents of Archival Thinking*, publicado em 2010.

Este número se encerra com artigo da professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Anna Carla Mariz, **Arquivos Públicos Brasileiros: Estudo dos processos de transferência da informação na internet e sua evolução**, que apresenta resultados de pesquisa realizada em 2004 e em 2009, bem como a análise comparativa do quadro nos dois períodos.

Lucia Maria Velloso de Oliveira
presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros

OS ARQUIVOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA¹

Bruno Delmas

Professor da École des Chartes, França

Gostaria de começar agradecendo a Sra. Lucia Maria Velloso de Oliveira, coordenadora do Comitê Científico do Congresso e dizer como me sinto honrado de ter sido convidado a me expressar diante dos senhores, e como estou feliz de voltar ao Brasil pela terceira vez e a segunda vez para participar de seu congresso.

Os senhores me convidaram para falar dos arquivos na nossa sociedade atual, não na sociedade brasileira ou na sociedade francesa, mas na nossa sociedade global, quer dizer, as sociedades consideradas como uma só entidade, que resulta da globalização. Precisaremos sempre de arquivos e de arquivistas no futuro? Em um mundo onde tudo é novo e constantemente renovado, o que pode proporcionar a conservação das testemunhas do passado? E quando realmente precisarmos dos arquivos, o que os arquivistas poderão fazer? Os documentos digitalizados de hoje são frágeis e instáveis, sua massa é incontável. Como exercer a tarefa de coleta, conservação, classificação e comunicação? Um universitário americano, Francis Fukuyama, publicou, em junho de 1989, um célebre artigo sobre “O fim da história?”. Poderíamos também escrever um artigo sobre “O fim dos arquivos”? Estamos caminhando para uma sociedade sem memória? Em face dessa questão essencial, perguntemo-nos o que nos ensina a história sobre o papel dos documentos, analisemos a natureza das proposições atuais dos arquivos, experimentemos perceber o lugar dos documentos naquilo que se desenha aos nossos olhos.

1 O ensino da história

Em sua longa duração, a história nos mostra que, no lento processo de hominização, sucederam-se etapas nas quais a memorização desempenhou um crescente

¹ Este artigo foi apresentado pela primeira vez no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, em Santos, SP, Brasil, no dia 24 de agosto de 2010. Tradução de Maria Celina Soares de Mello e Silva.

papel, apoiadas de início sobre a memória oral, depois escrita, e a seguir reforçadas pela organização da conservação dos arquivos.

Por nos limitarmos à história da civilização ocidental, nos séculos III e IV, quando os povos bárbaros, que não utilizavam a escrita, invadiram progressivamente o Império Romano do Ocidente, fizeram-no explodir e o dividiram, desapareceu seu sistema administrativo, que era o seu sistema nervoso e, com ele, desapareceu o uso da escrita que era a influência, desapareceram também os arquivos que eram a sua memória. Quase não nos resta nada daquilo. Os arquivos morrem com as civilizações.

Depois de séculos de instabilidade, de lutas internas, invasões e pilhagens (os hunos no século V, os árabes nos séculos VII e VIII e os normandos nos séculos IX ao XI) e o esmigalhamento do poder, a paz voltou pouco a pouco, sob a influência da Igreja e, com ela, a estabilidade. A atividade, o comércio e a demografia recuperaram. O uso da escrita, que fora consideravelmente reduzido, desenvolve-se novamente, o costume retorna em proveito do direito escrito. A feudalidade também regressa. Constituem-se princípios, pequenos Estados onde a escrita reencontra seu papel e onde reaparece a conservação dos arquivos (Catalunha no século X). O impulso comercial se desenvolve com grandes centros como Veneza e Gênova, as feiras de Champagne (séculos XII e XIII), as cidades da Hansa (séculos XIII e XV), por exemplo. As instituições se formavam em todos os lugares, baseadas no uso da escrita, na constituição e conservação dos arquivos (administração, justiça, finanças). Essa necessidade de arquivos (atas e títulos jurídicos, documentos de gestão), ou seja, documentos que devemos conservar inalterados ao longo do tempo, alcança também a sociedade inteira e se impõe aos particulares. Necessidade a qual corresponde a instituição do notariado (século XIII).

Na Renascença, o comércio marítimo se desenvolve ainda, levado pelo impulso da navegação e das grandes descobertas, notadamente as portuguesas. As trocas, dali em diante mundiais, tomam uma nova amplitude. Essas precisam mais que nunca da escrita (correspondência, letras de câmbio, contabilidade). Os estados modernos, com sua política de reagrupamento, se impõem pela guerra e pela administração dos principados, assim como aos territórios descobertos (Arquivos das Índias ou Sevilha). O financiamento da guerra impõe o desenvolvimento do imposto e dos recenseamentos que o acompanham. A imprensa permite um acesso mais fácil e uma difusão maior dos conhecimentos, que permitiram as grandes descobertas. Podemos ver na Biblioteca

colombina de Sevilha, as obras de astronomia e de geografia anotadas por Cristóvão Colombo. As grandes viagens de exploração vão prosseguir até o século XIX.

As ciências conhecem uma revolução no século XVII trazida pela criação das academias e das sociedades do conhecimento que são, com os gabinetes de curiosidades, os primeiros laboratórios de pesquisa. As publicações das memórias, os concursos, as correspondências ampliam ainda o papel da escrita. Dessa forma, em meados do século XVIII, na França, por exemplo, são recenseados 5.700 depósitos de arquivos. Esses arquivos são, em geral, bem conservados, classificados e inventariados. A profissão de arquivista começa a se distinguir da dos notários, dos escrivãos e dos guardadores de notas. Manuais práticos são publicados um pouco por toda a Europa. Os arquivos vêem sua utilidade aumentar. Ao lado da prova ou da gestão administrativa, desenvolve-se a história erudita - a história das províncias, das vilas, das ordens religiosas, dos países.

A era industrial amplia essa evolução: o fortalecimento dos Estados europeus e de seus impérios, a descoberta e a descrição científica do mundo, o desencravamento dos povos e exploração dos recursos. A unificação econômica e cultural, mais ou menos impulsionada por um modelo dos países ocidentais, é transportada pelo desenvolvimento da instrução pública, do caminho de ferro, das linhas marítimas, depois aérea (Aéropostale), do telégrafo, do rádio, do telefone e da televisão.

A massa de arquivos e sua diversificação não para de crescer de modo considerável com a consolidação dos Estados, o desenvolvimento da economia, da instrução e da história. A resposta, em matéria de arquivo, é dada com a formação de grandes arquivos nacionais e o aparecimento, no século XIX, da formação dos arquivistas. Chegamos a um estágio de conhecimento do universo, que nenhuma outra civilização conheceu no passado.

Aparecem princípios e métodos modernos, adaptados à forma de fundos de arquivos produzidos pela sociedade científica e industrial: noção de fundo, princípio de respeito aos fundos e métodos de classificação, critérios de seleção, métodos de inventários e regras de comunicação. Ao final dessa lenta evolução, os arquivos privilegiam no século XIX o serviço da história, notadamente nacional, em detrimento dos outros usos que, entretanto, também crescem.

O que nos ensina esse rápido sobrevôo? Os arquivos atuais são associados ao impulso do mundo moderno, o que não é nada surpreendente; quanto mais uma sociedade se torna complexa, mais ela precisa de arquivos; os arquivos são modernos. No

entanto, tudo parece se desregular hoje principalmente sob o efeito da desmaterialização. No final do século XX, essa evolução, da acabamos de evocar os sucessivos patamares, aborda uma nova etapa que se manifesta nas expressões “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, e “sociedade cibernética”.

2 A unificação do mundo e o desafio da intensificação das trocas e do pensamento

A civilização industrial e científica subverte há dois séculos as produções materiais, a organização e o funcionamento das sociedades, a vida dos homens e aumenta os usos que fazemos dos arquivos. Do ponto de vista econômico, a globalização se manifesta pelo impulso à produção industrial e pelas trocas para um mercado planetário que estimula o crescimento demográfico dos continentes. A concepção e a fabricação de produtos industriais estão baseadas em pesquisas e simulações. O comércio mundial necessita da harmonização de normas de produção e de controle, e do rastreamento geral dos produtos e serviços. Todas essas atividades são acompanhadas pela produção crescente de uma enorme massa de arquivos que está sendo preparada para funções renovadas.

A globalização tem consequências, hoje bem estudadas, sobre a natureza, os homens e as sociedades. Ela se caracteriza por uma superexploração dos recursos naturais: petróleo, florestas, oceanos, água, ar, que conduz a um esgotamento previsível de alguns, entre os quais as mudanças climáticas mais ou menos bem medidas hoje. As consequências sobre a terra provocam reações ecológicas, que conhecemos. Nós nos encaminhamos para a gestão da raridade, até mesmo da penúria. Os arquivos da natureza (plantas, insetos, animais) não são apenas objetos de estudos científicos por eles mesmos. Como para o clima, eles se tornam indispensáveis para o estudo científico e, no seu contexto, para as evoluções da biosfera e a preservação das espécies. Na segunda metade do século XX, o sistema técnico que permitiu o desenvolvimento de trocas já não responde pelas necessidades.

Um novo sistema técnico tomou lugar com a criação de computadores e suas interconexões (1960), o aumento contínuo do tamanho de suas memórias, o poder e a rapidez do tratamento dos dados, sua banalização. Em 1969, foi criado o Arpanet, embrião da internet. Em 1962, o lançamento do satélite de comunicação Telstar 1

expandiu a noosfera² até a órbita inferior de satelização e, em 1966, ano do primeiro satélite geostacionário até a órbita superior. Em 1989 nasceu a web. Assim, a convergência de todas as tecnologias à escala do planeta fornece uma infraestrutura real e visível à noosfera³. No decorrer dos anos 1990-1995, o acesso à internet se estendeu, oferecendo um maior número de acessos imediatos a uma grande quantidade de informações. A massa de informações acessíveis através do mundo cresceu a uma velocidade prodigiosa, e o mesmo ocorreu com o número de pessoas que se conectam à internet. Nasceram os modos de funcionamento e de serviços novos: Google em 1998; projetos colaborativos: primeiro *wiki* em 1995 e lançamento do *wikipedia* em 2001; sites institucionais e individuais; programas livres: *Open Office*; redes sociais e blogs: *Facebook* etc.⁴

Uma forma de pensamento mundial toma lugar. Desse modo, a massa de arquivos produzidos explode e coloca novos problemas de coleta por captação de *site*, de conservação e exploração, seja pela ação pública com a extensão do depósito legal, seja pela iniciativa privada. Daí em diante, a sociedade cibernética existe, a prioridade não é mais o desenvolvimento de ferramentas da comunicação, questão globalmente regulada desde a realização da convergência tecnológica, mas a do conteúdo, quer dizer, a gestão racional da memória e, portanto, do acesso e da conservação dos arquivos nesse mundo global.

3 Os arquivos no centro da sociedade do conhecimento?

Tudo muda ao mesmo tempo, todas as referências tradicionais desaparecem e, ao mesmo tempo, é preciso se adaptar às novas regras que se buscam e nem sempre estão bem estabilizadas. Sabemos quanto somos poucos preparados para viver individual e coletivamente essa mutação, esta forma de caos e anarquia que acompanha todas as mudanças maiores. Precisamos do passado para continuar a gerir o mundo, nossos Estados, os negócios e nossos bens da vida cotidiana que subsistem seja como for. Ao

² Esse neologismo, criado por um pensador russo Vladimir Vernadski em 1926, foi desenvolvido pelo jesuíta francês Teilhard de Chardin. Do mesmo modo que a biosfera designa o conjunto do mundo vivo sobre a terra como um sistema único, a noosfera designa o conjunto dos meios materiais e das atividades imateriais e intelectuais dos homens sobre a terra como um sistema único.

³ Ver as obras de Alvin Toffler, *Le choc du futur*, Paris, 1970 e *La Troisième vague*, Paris, 1980; de Joel de Rosnay, *Le macroscopie, vers une vision globale*, Paris, 1975.

⁴ Dessa forma emerge um quinto poder, ao alcance da sociedade civil que certos Estados tendem a controlar. Thierry Crouzet, *Le peuple des connecteurs*, Paris, Bourin-éditeur, 2006, e Thierry Crouzet, *Le cinquième pouvoir*, Paris, Bourin-éditeurs, 2007.

mesmo tempo, somos confrontados com uma renovação rápida das regras e práticas às quais devemos nos habituar e que necessitam de regulamento, conforme o lema do Brasil: conciliar a ordem e o progresso. Os arquivos afirmam-se como necessários a essa ordem e a esse progresso.

A profissão de arquivista deve se adaptar a esse novo contexto que não é somente tecnológico, mas que diz respeito às maneiras de resolver as quatro grandes funções fundamentais dos arquivos: provar, lembrar, identificar e conhecer, renovadas e readaptadas para a transformação do nosso mundo.

A primeira transformação é a de provar direitos. O direito, que regula as relações entre os homens, se torna complexo no ritmo da globalização, desenvolvendo as causas e as consequências de litígio, a tal ponto que falamos de judicialização da sociedade. O desenvolvimento da democracia, com seus poderes e contra-poderes, suas instituições múltiplas e sua acumulação, a vida nas empresas com o direito do trabalho, o direito social, o direito do comércio e da concorrência, o ambiente tecnológico em movimento perpétuo de renovação, são difíceis de seguir. Uma outra consequência ligada à primeira é a complexidade de todo ato, de toda vida, de toda família, e de toda sociedade. Paradoxalmente, é o indivíduo que se torna o menor denominador comum de uma sociedade que se globaliza. É ao mesmo tempo mais livre que nunca, liberto do peso da família e de sua comunidade natural, tem acesso a tudo, pode conhecer tudo e tudo contestar e, ao mesmo tempo, está sozinho, é o mais fraco e o mais ameaçado. É uma presa para todos os rumores e solicitações, pois nada o preparou para dominar a complexidade desse novo estado do mundo. O desenvolvimento dos direitos dos homens e da legislação não é uma maneira, mas a resposta à crescente fragilidade do indivíduo, face aos Estados ou às empresas confrontadas com as mesmas dificuldades, mas com práticas contestadas. A judicialização da sociedade é a resposta a esta complexidade. A importância jurídica dos arquivos em sua função de prova não vai parar de crescer.

Lembrar-se assume uma importância crescente, não apenas porque o número de ações de longa duração aumenta, mas porque os efeitos que seguem essas ações também duram muito tempo. Citamos como único exemplo as centrais nucleares das quais é preciso se ocupar infinitamente por longo prazo depois de seu fechamento, que durante o funcionamento. Tudo se encomprida e nossos atos e suas consequências nos perseguem

por mais tempo que antes. A memória fixada e precisa dos arquivos é indispensável para assegurar essa continuidade, doravante vital para o homem e, para retomar o mesmo exemplo, sabemos o cuidado que se toma para assegurar a conservação e a permanência do acesso aos arquivos das centrais nucleares. A escrita é uma ferramenta formidável para dominar o tempo, porém torna os homens dependentes dela e dos arquivos.

A necessidade de identificação. Essas mudanças que se ampliam há muitas gerações, com frequência foram extremamente difíceis para os indivíduos desenraizados. O fenômeno não está acabado⁵. O fim do isolamento dos povos e das regiões do mundo está em plena realização. As sociedades rurais, onde cada um dispõe de um lugar reconhecido, de uma família estável, eram sociedades de dimensão humana, por vezes congeladas, num espaço limitado em que o indivíduo era identificado. Esse mundo rural milenar, em via de desaparecimento e já desaparecido em algumas regiões, merece ser conhecido por si mesmo, como para compreensão pelos sociólogos das cidades de hoje. A população mundial triplicou em 50 anos, cidades gigantescas foram criadas, os modos e ritmos de vida foram transformados. As referências do território e da família se atenuam na instabilidade das famílias e na promiscuidade das vidas. A genealogia conhece uma admiração excessiva extraordinária, particularmente entre os jovens: na França, 25% dos jovens de 17 a 25 anos fizeram sua genealogia. Ao contrário, vemos nas cidades e nos bairros sem passado e de cultura oral, a constituição de comunidades que se enraízam nas gírias, nos códigos das vestimentas, nos comportamentos e territórios de bandos violentos à margem do seu país. Os arquivos desempenham um papel essencial de identificação e de coesão social.

Resposta à necessidade de conhecimento. Enfim, os arquivos são fontes imensas de pesquisa e de conhecimento. Por muito tempo limitados à pesquisa histórica, os arquivos, com o desenvolvimento do cálculo intensivo e da modelização dos supercomputadores, oferecem perspectivas infinitas para as novas pesquisas científicas. A sociedade global oferece àqueles que se adaptam a esse ambiente, possibilidades infinitas de acesso à instrução, à informação para as mídias, à vida política e social à escala mundial. Todos os arquivos do mundo dizem respeito ou interessam a cada um de nós.

⁵ Ver as obras de Alvin Toffler e Jöel de Rosnay, o macroscópio.

4 Os três desafios dos arquivos

Os três desafios dos arquivos estão no contexto da segurança e na confiabilidade dos dados, na conservação material, no acesso e no respeito à vida privada. O desafio é mundial, as respostas serão diferentes em cada país.

O desafio da segurança e da confiabilidade dos arquivos. Hoje, a questão mais crucial é a da identificação e da confiabilidade dos dados. Ela diz respeito, em primeiro lugar, aos arquivistas. A questão não se colocava quanto aos arquivos num meio de papel, onde os documentos e sua conservação pelos arquivos era uma dupla garantia de autenticidade. A questão se coloca no caso de documentos digitalizados. Ela é objeto do programa interPARES criado por Luciana Duranti.

Os arquivos são um desafio de memória global e a responsabilidade dos Estados não se limita somente aos arquivos públicos, mas se refere também aos arquivos privados de um mesmo país. Mas quem poderia assumir a responsabilidade de fixar as regras? Se isso não ocorre em cada região do Estado, ou em uma organização administrativa independente, espécie de corte suprema, ou uma organização profissional. Os arquivos de um país, de uma empresa, especialmente multinacionais, não se referem mais somente aos empregados, às pessoas do país onde ela tem sua sede, mas referem-se a todos os habitantes do planeta terra e de todas as regiões do mundo. Do mesmo modo, à escala internacional, o desafio coletivo é tal, que uma organização internacional particular, como existe para o trabalho (OIT) e para a saúde (OMS) parece indispensável hoje.

O desafio da conservação material. Num mundo onde a noosfera parece tomar corpo com a sociedade cibernética, a conservação dos arquivos se coloca em termos de conservação preventiva. As questões de conservação preventiva se tornaram hoje, com o documento digital, um desafio crucial não somente em razão da variedade extrema de suportes e de sua não menos rápida recolocação por outros, como em razão de sua instabilidade e de sua quantidade. O caso dos arquivos digitais é certamente aquele em que a conservação preventiva, desde a criação dos documentos, é a mais necessária, e onde a reflexão de especialistas é, por necessidade, a mais avançada.

A questão da seleção também se coloca. Produzimos muito mais documentos, especialmente digitais, sempre mais diversificados e mais frágeis, mas as evoluções das funções, que acabamos de lembrar, exigem que as conservemos sempre mais e por mais tempo. Mas conservar tudo é não conservar nada, pois quem estaria em condições de

fornecer o acesso? A seleção, então, não é mais feita entre aquilo que é importante e aquilo que não é, em relação a quem, mas entre aquilo que é redundante e o que não é. Por exemplo, a amostragem praticada com frequência nos arquivos, que consiste na escolha de alguns dossiês de modo aleatório, para guardar o traço de uma ação administrativa, cujos dossiês por demais numerosos, é cientificamente criticável, e ressalta uma simples prática de economia. Em compensação, a enorme tagarelice na *internet* com os *blogs*, por exemplo, pode suportar uma amostragem estatística.

O desafio do acesso e do respeito às liberdades. O *Google* é uma ferramenta extraordinária, que dá acesso a uma massa inaudita de documentos, mas é ao mesmo tempo muito pobre de coisas. O papel dos arquivos permanece essencial. As condições de acesso com a globalização colocam novos problemas. É para respondê-los que, do ponto de vista técnico, adotamos as normas de descrição ISAD-G e ISAAR, que são a ilustração bem sucedida desta evolução no sentido da unificação. Quanto às condições jurídicas, falar-se-á a propósito em dois dias, entre o direito democrático de acesso e o direito ao respeito à vida privada. O exemplo da *internet* mostra como as regras que se aplicam sem problema em um dado ambiente institucional com o suporte papel, aplicadas exatamente assim, poderiam ameaçar a vida privada e as liberdades individuais. As legislações de acesso, ainda na lógica da liberalização destes (*Facebook*, *Twitter* etc.) não parecem ter tomado ainda todas as medidas de revolução introduzidas pelo novo sistema técnico e de suas incidências sobre a vida privada, cujos inesperados efeitos perversos nós percebemos todos os dias. Nós também descobrimos a fragilidade de todas as garantias (*Weakileaks*) que nos são dadas sobre a segurança e a confidencialidade dos dados, especialmente os pessoais, ainda que tudo nos convide a nos entregarmos cada vez mais a sistemas informáticos de dados pessoais que nos dizem respeito. O que pensar do dossiê médico eletrônico na França, formidável ferramenta que acompanha nossa saúde, gerada pelas sociedades privadas de companhias de seguro, que poderiam assim ter acesso a nossos dados médicos? Ainda que tenhamos confiança nesses sistemas, que controle teremos sobre a conservação ou a destruição dos arquivos que nos dizem respeito e cuja decisão nos escapa? Em compensação, no do Brasil, país imenso, esses sistemas são uma ferramenta da democracia, utilizados para o voto dos cidadãos.

É por isso que os arquivistas hoje são a um tempo parte interessada desta globalização e são confinados à criação de massas prodigiosas de documentos digitais. É

por isso que eu lhes proponho ter em mente a nossa participação na noosfera.

Com a *internet* e o documento digital, poderíamos pensar que o fosso entre a escrita e a oralidade está abolido. Ambas utilizam os mesmos suportes de comunicação, mas os códigos e os usos tanto da linguagem escrita como da oral subsistem. O que se ressalta no mundo da oral, mensagens pessoais, *Facebook*, *Twitter*, *SMS* etc., coabitam aqui com a escrita tradicional que se refere ao que precisa ser fixado. Mas esta abordagem não deve esclarecer nossa escolha de seleção?

Para nos adaptarmos, é preciso ter a medida exata do momento e da época em que vivemos. Hoje, com o acesso de todos, por toda parte, a todo o momento, à escrita, à imagem e ao som, cada vez mais abundante e diverso, muda radicalmente a maneira que o homem vive e se vê no mundo. Uma unificação intelectual da espécie se delinea. Um mundo uniforme não vai se criar?

A noosfera não é somente uma camada superficial acima das particularidades de cada povo? Cabe precisamente aos arquivos guardar, difundir e valorizar as provas e os traços das culturas, das histórias e das línguas de cada povo. Eles são elemento essencial da conservação e da transmissão da diversidade cultural que é uma das condições de desenvolvimento pacífico do mundo.

Nós todos temos consciência da amplitude das mudanças da sociedade contemporânea, mas em qual nível está sua importância na história dos homens? Em geral, comparamos o que vivemos com a invenção da imprensa. Ela introduziu uma mudança de escala, quantitativa da escrita em relação à oral e seus efeitos foram lentos: a reforma no século XVI, a revolução científica no século XVII, o iluminismo no século XVIII, o positivismo no século XIX. Mas são realmente comparáveis? O que nós vivemos hoje não é de outra amplitude? Trata-se de uma mudança de natureza. As tecnologias da informação e da comunicação atuais, o advento da sociedade do conhecimento, a remodelagem do mundo que se opera, o lugar do homem no mundo não são, depois da invenção da palavra, depois da escrita, a terceira etapa da hominização numa terra dominada pela noosfera?

Agradeço a vossa atenção.

CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO PARA A SOCIEDADE DOS ARQUIVOS¹

Tom Nesmith

Archival Studies Program - Department of History
University of Manitoba - Winnipeg, Manitoba, Canada

Nosso tempo é um tempo de progresso e oportunidades extraordinárias para o arquivo, assim como de desafios importantes que podem enfraquecer seus ganhos e perspectivas. A forma como os arquivistas respondem aos desafios irá definir a habilidade dos arquivos em serem relevantes para as necessidades humanas. Nos últimos trinta anos, arquivistas em todo o mundo obtiveram grandes avanços. Eles têm uma compreensão mais sofisticada da teoria arquivística e das abordagens de seus trabalhos por meio da "macroavaliação", dos padrões de descrição, da pesquisa em gestão e arquivamento de arquivos digitais, e da formação universitária. Arquivistas agora sabem como conceituar e desenvolver seu trabalho em um nível mais alto do que anteriormente. O maior problema, portanto, são aqueles que não recebem apoio financeiro suficiente para que desenvolvam bem o seu trabalho ou mesmo cheguem a realizá-lo. Apesar de recentes e importantes ganhos, os arquivistas ainda possuem poucos recursos, estão vulneráveis às oscilações de orçamentos e sofrem com a incompreensão pública. De fato, muitos arquivistas simplesmente não podem cumprir seus mandatos, mesmos os legais, com os recursos de que dispõem. Acima de tudo, os arquivos estão ainda numa posição social, política e legal muito frágil.²

¹ Este artigo foi apresentado pela primeira vez no XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, em Santos, SP, Brasil, no dia 27 de agosto de 2010. Tradução de Lucia Maria Velloso de Oliveira.

² Embora este artigo não discuta literalmente a política para arquivos, o lugar dos arquivos na sociedade depende do suporte político que eles têm. Os arquivistas começaram a discutir as pressões políticas que enfrentam. Veja Margaret Procter, Michael Cook e Caroline Williams, eds., *Political Pressure and the Archival Record* (Chicago: Society of American Archivists, 2003). Os arquivistas ainda não começaram a estudar este importante tema profundamente ou não acharam maneiras efetivas de se engajar em atividades políticas para avançar nos objetivos arquivísticos. A história da política dos arquivos pode ser útil aqui. Para conhecer dois entre os poucos exemplos desse tipo de trabalho e duas diferentes experiências em política em arquivos: Bruce W. Dearstyne, "Archival Politics in New York State, 1892-1915", *New York History* 66, n. 2 (April 1985) e Ian E. Wilson, "One of the Closest and Truest of Friends I have Ever Had: Mackenzie King, Arthur Doughty, and the Public Archives of Canada", John English, Kenneth McLaughlin e P. Whitney Lackenbauer, *Mackenzie King: Citizenship and Community: Essays Marking the 125th Anniversary of the Birth of William Lyon Mackenzie King* (Toronto: Robin Brass Studio, 2002). King foi o primeiro-ministro canadense com maior longevidade no cargo (1921-26, 1926-30, e 1935-48) e um amigo próximo do diretor do Arquivo Nacional ou Público do Canadá que mais tempo ficou no cargo, Arthur Doughty (1904-35).

Estamos ainda longe do que eu chamo de *sociedade dos arquivos*, uma sociedade em que os arquivos sejam compreendidos, possuam bons orçamentos, funcionem com seu potencial máximo de uso e sejam considerados essenciais aos interesses da sociedade. O movimento de alguns itens da agenda arquivística no mundo é ainda lento. Ao invés de estarmos realmente arquivando documentos digitais das instituições, estamos focando simplesmente na pesquisa do problema. Muito ainda precisa ser feito para ampliarmos a abrangência dos arquivos em setores chave da sociedade, como nas corporações privadas e nos relacionamentos com indígenas; na forma de lidarmos adequadamente com os arquivos pessoais; na formulação de questões emergentes sobre o lugar dos arquivos nos relacionamentos com bibliotecas, museus e galerias; nas respostas às questões de direitos humanos e de justiça social; e na busca por uma rede de arquivos globalizada que facilite a pesquisa num mundo cada dia mais integrado. Para avançar nessa agenda, os arquivos vão precisar de mais apoio do que antes. Arquivar na *sociedade dos arquivos* deve ser visto como uma responsabilidade social, e não apenas uma preocupação de um grupo de arquivistas. Transformar o quadro atual nessa visão mais abrangente nunca foi tão importante.

A chave para avançar neste front variado está no esforço em colocar os arquivos no centro das preocupações da sociedade. Arquivistas dominaram o trabalho que deve ser feito *dentro* dos arquivos. Agora devem se engajar no trabalho que deve ser feito fora dos arquivos, junto com seus patrocinadores e a sociedade, se quiserem ganhar o suporte necessário para o trabalho arquivístico completo. Se os arquivos quiserem florescer na *sociedade dos arquivos* devem se tornar mais úteis para seus patrocinadores e para a sociedade. Para tal precisamos explorar um dos temas do Congresso Brasileiro de Arquivologia de 2010: o papel do arquivista na transformação da informação em conhecimento. Como Terry Cook, meu colega no Programa de Estudos Arquivísticos da Universidade de Manitoba, escreveu alguns anos atrás, “a busca pelo conhecimento, mais do que a busca pela informação, é a cruz dos estudos dos arquivos e o trabalho cotidiano do arquivista... Simplesmente, arquivistas precisam transcender a mera informação e o mero gerenciamento de informação, se quiserem procurar por e liderar outros na busca pelo ‘conhecimento’ e significado nos arquivos sob sua guarda”.³ Arquivistas precisam mensurar, explorar e explicar esse papel mais ativamente, e então os programas de ensino

³ Terry Cook, “From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives”, *Archivaria* 19 (Winter 1984-85), p. 49.

em Arquivologia podem dedicar mais tempo ensinando os estudantes sobre essa função e sobre a importância da pesquisa.

Felizmente hoje vivemos numa época propícia para isso, e podemos mesmo considerar como um desafio central da área. O universo de uso dos arquivos cresceu drasticamente nos últimos anos. Usuários dos arquivos estão empregando todo tipo de informação histórica, e de novas formas, de modo a atender importantes questões contemporâneas. Os usos acadêmicos históricos convencionais cresceram e se diversificaram, e estão agora reunidos a uma lista de outros usos acadêmicos: nas ciências humanas, sociais e até físicas como oncologia, genética e as ciências de meio ambiente e climática. Reuniu-se a estes pesquisadores um número rapidamente crescente de genealogistas e outros não acadêmicos, com *diversificados* interesses históricos. Mais do que antes, os arquivos também têm sido utilizados para fins de justiça social, seja para perseguir criminosos de guerra nazistas, para fins de compensação nos casos de violação de direitos humanos por regimes de repressão, ou para julgar as reivindicações dos indígenas e a proteção de seus direitos, somente citando alguns exemplos. E um novo conjunto de usos culturais dos arquivos surgiu nos últimos anos. Agora, como nunca antes, novelistas, autores teatrais, produtores de filmes, de televisão, emissoras de rádio, artistas e músicos procuram nos arquivos inspiração e informação. Embora o número de pessoas que procura os arquivos para pesquisar ainda não seja imenso, o número daqueles que diretamente ou indiretamente se beneficiam da pesquisa nos arquivos cresceu bastante. As vidas de milhões de pessoas podem ser afetadas pelas pesquisas feitas nos arquivos, mesmo que seja indiretamente, através do trabalho de poucos pesquisadores. Diante desta expansão dos usos dos arquivos, é razoável assumir que toda a área de conhecimento ou trabalho nos dias atuais produz documentos com uma dimensão arquivística de interesse para a contemporaneidade. E os arquivos não estão apenas sendo usados pelos novos tipos de pesquisadores acadêmicos, eles estão se tornando objeto de estudo em si mesmos para acadêmicos e figuras públicas. Os arquivos estão se movendo de uma posição remota e periférica de preocupações intelectuais sociais para um lugar mais central.⁴

⁴ São exemplos dessa direção: o último trabalho do filósofo Jacques Derrida - *Archive Fever: A Freudian Impression* (Chicago: University of Chicago Press, English language translation, 1996); o extenso volume interdisciplinar editado por Francis X. Blouin Jr. e William G. Rosenberg, *Archives, Documentation, and Institutions of Social Memory: Essays from the Sawyer Seminar* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006); e Cheryl Avery e Mona Holmlund, *Better Off Forgetting? Essays on Archives, Public Policy, and Collective Memory* (Toronto: University of Toronto Press, 2010).

Mas ainda estamos longe dessa meta. Quais direitos humanos e outros bens públicos não avançam porque os arquivos não foram capazes de realizar seu trabalho adequadamente ou porque muita gente ainda não vê os arquivos como relevantes para seus interesses? Qual problema ambiental ou de saúde tornou-se pior? Quais questões sociais ou legais se degradaram mais? Quais melhorias econômicas, pessoais ou de comunidades que se perderam? Nós sabemos mais sobre o bem que os arquivos fazem, mas isso simplesmente cria questões desconfortáveis sobre o que não foi feito e não pode ser mais feito porque arquivos valiosos foram destruídos, perdidos, desorganizados, danificados ou tornaram-se inacessíveis. E qual será o custo humano do fracasso geral do arquivamento dos últimos cinquenta anos ou dos arquivos digitais criados desde o nascimento da era da computação? Apesar do crescimento útil dos arquivos nos anos recentes, muitos não são reconhecidos como parte central da vida social, e assim não recebem o suporte necessário. Eles continuam amplamente invisíveis.

Por quê? E o que pode ser feito? Como podem os arquivistas acelerar a transformação de informação nos arquivos em conhecimento que agora vem tomando lugar em tantos campos e manter essa promessa? O problema aconteceu porque nós não cultivamos agressivamente novos usos dos arquivos. Até agora, eles são, em sua maioria, resultado de esforços dos próprios pesquisadores que descobrem o valor dos arquivos. Nós, os arquivistas, não falamos muito sobre o uso dos arquivos. Existem poucos artigos de arquivistas sobre os usos mencionados, e os que existem são em sua maioria veiculados dentro da literatura profissional de arquivistas. Existem alguns livros e conferências recentes, mas, novamente, para uma audiência de arquivistas.⁵

Os arquivistas não têm sido indiferentes ao cultivo de novos usos dos arquivos, mas raramente consideram o assunto como prioridade. Mais do que isso, suas abordagens

⁵ Bom exemplo de artigo recente na literatura arquivística, veja Jill Delaney, "An Inconvenient Truth: Scientific Photography and Archival Ambivalence" *Archivaria* 65 (Spring 2008). Discute o *Mountain Legacy Project* da *University of Victoria's School of Environmental Studies* (British Columbia, Canada). O projeto analisa as mudanças nas condições ambientais por meio do exame da evolução das formações paisagísticas nas montanhas rochosas canadenses. Compara fotografias históricas (algumas de meados do século XIX) com fotografias contemporâneas tiradas pela equipe do projeto. *The Library and Archives of Canada* trabalhou na localização dos arquivos fotográficos. Para saber mais sobre o projeto veja <<http://mountainlegacy.ca/>>. Exemplo do esforço de um arquivista (E. J. Hart) para ampliar o público dessa história veja Hart e Cliff White, *The Lens of Time: A Repeat Photography of Landscape Change in the Canadian Rockies* (Calgary: University of Calgary Press, 2007). Mais informação sobre os novos usos dos arquivos veja meu artigo "Re-exploring the Continuum, Rediscovering Archives", *Archives and Manuscripts* 36, n. 2 (November 2008). Uma das poucas conferências sobre os novos usos dos arquivos ocorreu no Congresso Anual de 2009 da *Association of Canadian Archivists* com o tema "Rights, Responsibilities, Trust: Archives and Public Affairs".

usualmente oferecem um convite geral a todos os usos dos arquivos, e então eles disparam informações básicas sobre os documentos e sobre os seus serviços para uma grande audiência. Essa ainda é uma abordagem passiva, em que os arquivos esperam que os usuários venham até eles, ao invés de persegui-los diretamente num esforço proativo contínuo. Embora arquivistas tenham desenvolvido e empregado sólido argumento para sustentar os arquivos, eles tendem a fazê-lo de maneiras muito gerais. Eles falam sobre o número e tipos de usuários em suas salas de leitura. Raramente há alguma discussão sobre o impacto significativo desses usos. Raramente algo sobre esse assunto é levado em detalhes ao público-alvo dos arquivos. Ao invés disso, o papel histórico, educacional e cultural dos arquivos é enfatizado, junto com a importância *geral* da gestão de documentos e do processo de arquivamento para a eficiência e eficácia gerencial. Mais recentemente, arquivistas destacaram o papel dos arquivos para apoiar *accountability*,⁶ democracia, boa governança e cidadania. Todas essas razões são relevantes para se apoiar os arquivos, mas são gerais e vagas. Dependem dos produtores de arquivos adotarem ideias nobres ou encararem as consequências punitivas. É necessário algo mais para fortalecer esse argumento; algo específico, prático e positivo.

Outra razão para essa relutância em enfatizar de forma agressiva o uso e perseguir novos usos para os arquivos pode estar enraizada no próprio entendimento dos arquivistas sobre os arquivos. Por mais de um século, o ideal dos profissionais de arquivo foi a preservação dos documentos para assegurar que seu propósito inicial ou original, significado e ordem fossem mantidos ao longo do tempo. Este é um objetivo essencial, mas pode limitar bastante o papel do arquivista na transformação da informação em conhecimento. Os arquivos podem ser melhor entendidos como lugares onde os documentos são *transformados* pelos arquivistas e pesquisadores, em apoio para um conjunto de propósitos além daqueles originais. O propósito original nunca deve ser obscurecido, mas, se é priorizado em relação aos outros, como tem sido feito na teoria arquivística convencional e na maioria dos sistemas de descrição desenhados de acordo com essa teoria, então outros propósitos, como explorar novos usos e criar novos usuários, se tornaram secundários ou, pior, irrelevantes. E essa marginalização do uso tem sido comum na história dos arquivos. Existe um paradoxo aqui. O papel do arquivista

⁶ O termo foi mantido em inglês uma vez que o conceito não pode ser traduzido para o português sem perda de sua força em sua língua original. *Accountability* envolve a transparência dos atos e processos, a prestação de contas, bem como a boa governança. Nota do tradutor.

deve ser o de transformar o documento histórico em algo útil para os patrocinadores dos arquivos e para a sociedade atual, mais do que desejar simplesmente preservá-los sem modificá-los, como o condutor de um único sentido. Mas para preservá-lo, seja fisicamente ou como o condutor de um significado original, arquivistas devem transformá-lo, ou encontrar novos significados ou propósitos que sejam relevantes ao máximo para as demandas atuais. Este crescimento na utilidade dos arquivos, então, creio, fará com que se consiga o apoio que assegurará que o significado original e os documentos sobrevivam (ou sejam preservados). Se os arquivos devem permanecer viáveis e relevantes, precisam constantemente ser abertos e reabertos, renovados e redescobertos para e por novos significados, usos e usuários⁷.

O que os arquivistas podem fazer para ampliar o significado dos documentos, ou estender um significado original e antigo para significados contemporâneos que sirvam a um grupo maior de usuários? Como podem os arquivistas enfatizar a transformação da informação contida nos documentos em conhecimento? Que conhecimento os arquivistas precisam ter para executar isso? Obviamente, é impossível para um arquivista ler e entender a totalidade dos conteúdos informacionais num oceano de documentos, ou a totalidade de temáticas de um número imensurável de campos de interesse dos usuários. Um encontro direto entre documentos e usuários, tendo como base um tema ou assunto, nem sempre é possível. E o quadro é pior quando mais arquivistas buscam novos assuntos de interesse enquanto seus pesquisadores são pouco familiarizados com arquivos ou mesmo nunca os utilizaram, ou quando nos movimentamos num mundo completamente interconectado em que os tópicos de pesquisas cruzam mais e mais fronteiras e culturas. Não é novidade que a informação de proveniência acerca da origem dos documentos, do contexto em que foram criados e seu desenvolvimento ao longo do tempo — em outras palavras, informação sobre a história dos documentos — é a base de nossa habilidade em transformar arquivos e informação em conhecimento.

Embora isso não seja novidade, nós não investimos muito tempo explorando como funciona o processo de inferir informações a partir de nosso conhecimento sobre os documentos e como ele pode ser melhor realizado.⁸ Nós perdemos mais tempo

⁷ Para saber mais sobre o tema veja meu artigo "Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice", *Archivaria* 60 (Fall 2005).

⁸ A clássica e moderna declaração sobre o papel acerca do conhecimento da proveniência é encontrada em David A. Bearman e Richard Lytle, "The Power of the Principle of Provenance," *Archivaria* 21 (Winter 1985-86).

debatendo abstratamente qual conhecimento sobre arquivos é importante do que de fato pesquisando seus papéis, dividindo nossas experiências entre nós, e tentando aumentar nossa capacidade de ler esta história mais efetivamente. Nós ainda não construímos uma literatura e nem dividimos nossa especialização sobre esse processo arquivístico chave — o de transformar em pesquisas as perguntas sobre como os arquivos foram feitos, arquivados e utilizados de forma que possamos ganhar tanto conhecimento quanto possível. E, com os pesquisadores, temos discutido ainda menos esse assunto. Embora a base de um sistema de descrição arquivística seja a história dos arquivos, nós raramente explicamos aos pesquisadores porque é assim, ou como utilizar esse conhecimento para localizar a informação. É rara essa atitude, mesmo na introdução a qualquer arquivo. Isto pode ser feito de forma mais efetiva com as ferramentas computadorizadas hoje disponíveis para auxiliar o pesquisador a navegar por alguns exemplos.

Para ajudar a tradução da informação nos arquivos em conhecimento, precisamos ser mais capazes de entender a relação entre as atividades humanas e sua comunicação ao longo do tempo. É necessário perseguir algumas questões sobre esse fenômeno. Para quem a sociedade designa suas funções principais ao longo do tempo — para qual mix de instituições e de pessoas da vida privada? Com quem eles comunicam sobre essas funções, e como? Em outras palavras, quais são os principais padrões de comunicação na sociedade? Como as condições materiais, os valores e meios de comunicação da sociedade moldam aquilo que pode ser registrado, comunicado, destruído, arquivado e usado? De que maneira os fatores sociais afetam o modo como as instituições funcionam de fato? Quais funções são desenvolvidas? Como? Em quais estruturas administrativas? Em quais sistemas de *recordkeeping*?⁹ E quais tipos de documentos? Quais são os padrões de comunicação das instituições? Como a informação é organizada por esses meios de comunicação? Quais mensagens são de fato permitidas, negadas ou acessadas devido à natureza do documento tecnológico? Como as instituições, e as pessoas em sua vida particular, arquivam suas comunicações? Como interagem com os arquivos? Como as decisões sobre o arquivamento podem moldar o que pode ser arquivado? Arquivar, em si, é um meio de comunicação que de certo modo determina os contornos do conhecimento.

⁹ O termo *recordkeeping* foi mantido em inglês uma vez que não é possível traduzir o seu conceito num único termo. *Recordkeeping* envolve um conjunto de atividades, processos e procedimentos adotados, uma vez encerrada a ação que dá origem ao documento, mas que ocorrem no ambiente do produtor, onde o documento precisa ser mantido, gerenciado, acessado, reproduzido etc. Nota do tradutor.

Como essa complexa cadeia de ações e comunicações evolui ao longo do tempo – criando novas configurações e padrões das ações e comunicações institucionais e pessoais –, com novos tipos de informações arquivadas e outras que não são mais arquivadas, e com novas maneiras de organizar estas comunicações? Tudo isso nos ajuda a conhecer o que foi comunicado, por quem, quando, como e porque, de modo que possamos ajudar outros a localizar os documentos, ampliar o entendimento de seus significados e criar novos significados de acordo com as demandas atuais.

O entendimento mais profundo da proveniência ou dos processos de contexto que moldam o documento de arquivo por toda a sua história (desde sua produção inicial, arquivamento e os usos feitos desse documento) é a chave para o constante abrir e renovar dos arquivos.¹⁰ É o que capacita o arquivista, mais do que qualquer outro conhecimento que ele tenha, a buscar o inesperado e desconhecido tipo de uso ou de usuário. Este último pode vir a ser (ou o uso pode ser sobre) grupos menos poderosos ou visíveis em nossa sociedade: os indígenas, o pobre, o oprimido, muitos dos quais podem ser pouco familiarizados com as instituições arquivísticas e altamente dependentes dos arquivistas para ajudá-los a achar o que pode estar enterrado nos arquivos ou obscurecido por uma terminologia enganadora, como por exemplo tendem a ser os arquivos relacionados a gays e lésbicas.¹¹ Isso também pode estar relacionado a como os arquivistas lidam com as questões globais e com as pesquisas desconhecidas baseadas em conexões inimagináveis entre variadas pessoas e lugares. Quanto mais numeroso, diversificado e mutável o grupo de usuário e seus assuntos de pesquisa sobre questões globais, maior deverá ser nossa compreensão dos processos de produção de arquivos, dos modos de comunicação e suas histórias, de maneira a ajudar a traduzir informação em conhecimento. A abordagem contextual

¹⁰ Exemplos de ênfases recentes no estudo desta história podem ser encontrados nas publicações originadas da série de conferências internacionais *History of Records and Archives*, lançada em Toronto no ano de 2003. Foram cinco no total. Os trabalhos apresentados na primeira das quatro mesas foram publicados nos números especiais da *Archivaria* 60 (Fall 2005), *Archival Science* 6, n. 3 e 4 (December, 2006) e 9, n. 1 e 2 (June 2009), e *Libraries and the Cultural Record* 44, n. 1 (2009). A sexta conferência será realizada em 2012, em Austin, Texas.

¹¹ Veja por exemplo o número especial do periódico *Archivaria* 68 (Fall 2009) dedicado às questões arquivísticas e às comunidades de gays e lésbicas: Sharon P. Larade e Johanne M. Pelletier, "Mediating in a Neutral Environment: Gender-Inclusive or Neutral Language in Archival Description", *Archivaria* 35 (Spring 1993); e Matt Houlbrook, "Lost in the Archive: A Postmodernist Speaks", trabalho não publicado e apresentado no Centro de Estudos Arquivísticos da *Liverpool University* em 7 de junho de 2006. Agradeço a Craig Gauld pela última referência.

oferece os melhores mecanismos para navegar por aquilo que já sabemos e possibilita a constante reabertura dos arquivos.

Embora esse conhecimento seja a base de nossos esforços para auxiliar os pesquisadores – e pelo menos alguns acham seu caminho em nossos sistemas descritivos oficiais ou por meio de atividades orais de referência –, não é o suficiente para nos conduzir à *sociedade dos arquivos*. O conhecimento tradicional capacita o arquivista a compreender qualquer pergunta, tanto de pesquisadores familiarizados ou de novos, mas não atrai novos usuários para os arquivos, uma vez que não persuade os pesquisadores de que os arquivos têm algo específico a oferecer. É necessário algo mais. Eu sugiro uma abordagem mais focada que crie novos usuários em nossas instituições e na sociedade em geral. Os arquivistas de instituições, por exemplo, podem começar a desenvolver pesquisa do perfil de suas agências, que descrevam os usos dos arquivos pela equipe da própria agência no passado. Parece estranho que arquivistas façam regularmente extensas análises de avaliação e produzam descrições formais dos arquivos de suas instituições, mas raramente (ou mesmo nunca) façam relatórios sobre os usos dos arquivos institucionais por seus patrocinadores. Ainda estou por ver, na literatura da Arquivologia, algum exemplo deste perfil ou das discussões sobre seu possível valor de pesquisa.

O perfil poderia não só ter informações sobre os usos dos arquivos, mas também avaliar sugestões ou possíveis usos. Ideias possibilidades de usos podem surgir de duas formas. Um questionário que circule entre as pessoas das instituições para que possam tomar conhecimento dos serviços de pesquisas nos arquivos e convidá-los a responder se eles usam os serviços ou se puderam usá-los, e, em caso positivo, qual o motivo. E esse questionário poderia ser seguido de um convite dos funcionários da agência para participar de uma discussão sobre os tipos de documentos dos arquivos e seus usos. São ações que podem levar à criação de um grupo de pesquisa na instituição, e que eventualmente contará com um arquivista. O grupo poderá se reunir algumas vezes no ano para trocar informações sobre os usos dos arquivos, organizar questões sobre os documentos de arquivo e explorar novas possibilidades de pesquisa. Idealmente, os arquivos ficariam então atualizados e rotineiramente aprenderiam sobre as iniciativas das instituições que possam ter uma dimensão de pesquisa arquivística. Os arquivos teriam a oportunidade de comentar sobre a disponibilidade e o valor dos

documentos para essas iniciativas individuais ou de outros arquivos. E os resultados seriam adicionados para enriquecer o perfil de pesquisa da instituição como futura referência. O sucesso dos arquivistas em realizar essa mudança de paradigma depende muito de suas habilidades em traduzir as temáticas das perguntas dos usuários da instituição em fontes de pesquisa.

Os arquivos institucionais (especialmente os arquivos de Estado), assim como os arquivos que focam os documentos pessoais, podem também criar novos usuários entre o público geral. O que pode ser feito através da organização de um pequeno grupo de trabalho que impulse uma iniciativa especial. O grupo deve concentrar-se em encorajar novos usos dos arquivos, ligados a prioridades públicas contemporâneas, como saúde, questões ambientais, desenvolvimento urbano ou relações sociais entre diversos grupos étnicos, religiosos e econômicos.¹² Em outras palavras, o foco deve ser o que importa para as pessoas no dia a dia. O grupo poderia preparar ou encomendar um estudo de como os pesquisadores de uma área selecionada (ou áreas) usam, e de como especificamente poderiam utilizar, os arquivos trabalhados. O objetivo seria cultivar a pesquisa da comunidade num campo determinado. Um arquivo poderia trabalhar junto com associações de comunidades para oferecer aos seus membros palestras sobre os usos dos arquivos (talvez em parceria com os especialistas de campo), oficinas sobre o uso dos arquivos, tours nos arquivos e outras ações promocionais utilizando a newsletter da comunidade, listas e jornais profissionais. A ênfase em apoiar um determinado grupo poderia ser oferecida por um tempo limitado, como um projeto piloto. Seria o pontapé inicial de uma iniciativa mais ampla. Desse modo, os arquivos avaliariam o projeto piloto e, se bem sucedido, convidariam as comunidades de pesquisadores a solicitarem o acesso aos serviços adicionais, introduzidos por um período limitado de tempo de forma a cultivar novos usos dos arquivos.

¹² The North Yorkshire County Record Office, no Reino Unido, oferece um exemplo pouco usual e inovador de um esforço de alcançar novos usuários. Em 2008 o Record Office organizou em conjunto com o serviço penitenciário britânico um projeto para utilizar internos do Northallerton Young Offenders' Institution, em North Yorkshire, para utilizar os arquivos no sentido de conhecer a história criminal, a punição e a instituição. Os internos prepararam uma exposição que foi exibida na instituição, em outros lugares e em DVD. James Towe, um arquivista do Record Office, escreveu que os internos desenvolveram habilidades de pesquisa, comunicação e tecnologia da informação. Ele acrescenta: "O projeto melhorou o perfil do serviço de arquivo e foi uma oportunidade de demonstrar o valor e a relevância dos arquivos, num cenário especial com um grupo excluído de nossas típicas salas de consulta." Veja James Towe "Changes in Society", *RecordKeeping* (December 2008), pp. 22-24. *RecordKeeping* foi publicado pelo Arquivo Nacional do Reino Unido buscando atingir arquivistas e gestores de documentos. Endereço do artigo: <http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/recordkeepingdec08.pdf>

As associações profissionais têm um papel crucial na produção de novos usos dos arquivos. Eles se organizam em comunidades com interesses específicos dedicadas a questões internas profissionais. Seus membros poderiam ser encorajados a se organizar em torno da promoção de novos usos. Talvez fosse o caso de as associações designarem um membro executivo da diretoria para ficar responsável por iniciativas que promovam os novos usuários. Não conheço um membro executivo de associações de arquivistas que desempenhe essa função. O primeiro ato dessa atividade seria reunir um grupo para rever como as ações de promoção da associação poderiam ser orientadas de modo a enfatizar a descoberta de novos usos dos arquivos. Talvez uma reunião para recomendar uma pesquisa de como fazer isso. Também poderia ser sugerida a criação de grupos de pesquisas na própria associação sobre saúde, meio ambiente, indígenas, engenharia, direito, cultura (cinema, editoração, televisão), mídia, diversos campos acadêmicos, bibliotecas, museus, sítios históricos e galerias de arte. E os grupos de associações incluiriam os usuários. Esses grupos poderiam discutir um determinado uso dos arquivos e explorar novos usos. Talvez devesse ser preparada uma série de relatórios de necessidades e oportunidades por setores. Os grupos organizariam sessões de plenárias em torno destas questões nos congressos de arquivistas e, em especial, nos congressos dos usuários. Eles ofereceriam oficinas para novos usuários nos congressos dos pesquisadores, e também apoiariam os arquivos que desejassem se juntar ao projeto. As associações de arquivistas podem buscar contribuições para suas publicações junto aos novos usuários, talvez oferecendo questões mais recorrentes como temas, e que poderiam ser dedicadas a um diversificado grupo de pesquisa ou a um grupo específico. Arquivistas, por sua vez, deveriam publicar nos jornais de potenciais novas comunidades de pesquisa. Os temas deveriam oferecer um foco valioso para esses esforços.

A título de complementação, as associações profissionais poderiam fazer mais do que fazem atualmente para encorajar a criação de novos arquivos. Garantir que existirão arquivos responsáveis por um conjunto enorme de documentos que ainda não estão sob cuidados arquivísticos também é uma forma de desenvolver novos usos. Em setores corporativos, mesmo quando pertinentes ao interesse público, muitos se ressentem pela falta de arquivos, como a indústria farmacêutica e muitas instituições governamentais, do setor de atendimento ao público, como os hospitais. Faltam arquivos. Por que não identificar o setor e se engajar para expandir o número, a acessibilidade e a qualidade dos

seus arquivos? As associações profissionais pulam para defender os arquivos quando eles sofrem um grande corte de orçamento ou quando sua existência é ameaçada. Nós devemos fazer melhor. Devemos *iniciar* o desenvolvimento de arquivos mais do que reagir a ameaças, e monitorar as condições dos arquivos para tentar prevenir estes problemas.

Embora seja necessário buscar potenciais novos usuários, isso não é suficiente para responder ao desafio da expansão da base de usuários de arquivo, com o objetivo de construir a *sociedade dos arquivos*. Mesmo encontrando novos usuários, não atingiríamos todos os possíveis usuários. É preciso mais. Se nós devemos atingir um público mais diversificado, e que em sua maioria não é profissional ou constituído de pesquisadores experientes, precisamos desenvolver interfaces mais amigáveis com a nossa atual estrutura de sistema descritivo baseado em proveniência e em contexto arquivístico. Precisamos cobrir estas interfaces e torná-las amigáveis como forma de trazer para os arquivos este tipo de usuário, pois esses sistemas normalmente são confusos e os afastam. Os usuários provavelmente precisarão de interfaces que iniciam da forma como eles começam suas pesquisas – com pontos de acesso relevantes para suas experiências e compreensão. Nossa prioridade deve ser encontrar histórias ou narrativas sobre pessoas, lugares, eventos, instituições, objetos e compreensões do passado, e que levam as pessoas aos arquivos. E oferecer a eles links para conhecer o sistema descritivo dos arquivos e os documentos digitalizados.

Existem duas abordagens para isso, e ambas precisam do que minha colega de Estudos Arquivísticos da Universidade de Manitoba, Anne Lindsay, chama de ouvir mais dos usuários, ao invés de desenvolver ideias produzidas no círculo dos profissionais e implementá-las sem prestar atenção às perspectivas dos usuários.¹³ Uma maneira de ouvi-los é conectar a informação do dia a dia, procurando-a nas publicações, e relacioná-la aos materiais arquivísticos. O mundo das comunicações pode ser uma forma de indexar os arquivos. De certa forma, há algum tempo ele já vem servindo a este objetivo, mas no futuro digital isto pode ser bem mais efetivo. Livros em papel têm hoje notas de rodapé para fontes arquivísticas. Livros digitais podem ter links para as descrições arquivísticas em suas notas de rodapé e bibliografia. Poderíamos ir mais além e persuadir jornais e revistas digitais a adicionar links aos arquivos relacionados com artigos que publicam. As novas mídias geralmente mostram matérias históricas ou oferecem algum contexto

¹³ Agradeço Anne Lindsay por este insight e a Terry Cook por seus comentários.

histórico para as questões contemporâneas. Os links relevantes de materiais arquivísticos poderiam ser feitos nestas matérias para ajudar aqueles que gostariam de se aprofundar nos arquivos. E os programas de televisão, filmes e transmissões de rádio?¹⁴ Links aos arquivos poderiam ser relacionados a eles? Na seção “informações especiais” do DVD de um filme ou de uma série de televisão, poderíamos discutir mais sobre os materiais e instituições arquivísticas que os filmes e séries utilizaram, ao lado das conhecidas discussões sobre temáticas e personagens.

Poderíamos também utilizar compêndios de informações existentes como enciclopédias ou dicionários biográficos nacionais e regionais, mesmo *Wikipedia*, e colocarmos links arquivísticos em suas entradas? É possível oferecer uma visão geral de nossas instituições e sociedades, e criar links a partir de nomes, lugares e eventos chave dos acervos em nossos arquivos sobre eles? Esta visão geral seria de grande ajuda e faz falta nos nossos sistemas de descrição, que tradicionalmente levam os pesquisadores para um interesse específico ou a uma série. Pessoas iniciam naturalmente suas pesquisas a partir desses compêndios ou instrumentos gerais, e não se dirigem aos arquivos para prosseguir, mesmo que tenham vontade de fazê-lo, porque os links simplificados para os arquivos não estão lá. Arquivistas podem agora tentar capacitá-los a fazer isso de forma efetiva, especialmente com os meios tecnológicos disponíveis. Estes links podem levar os pesquisadores a encontrar resumos sobre o assunto de seu interesse baseados em materiais de arquivo e uma seleção de material digitalizado. E estes resumos podem servir adequadamente, porque a maior parte das pessoas não tem a necessidade de entrar nos sistemas descritivos ou no repositório do arquivo. Isso também possibilitaria os arquivos a disponibilizar conhecimento direto aos usuários, ao invés da forma indireta feita atualmente por meio dos pesquisadores e das instituições que disseminam o conhecimento sobre os arquivos em suas publicações e outros meios.

O modo direto de disponibilizar o conhecimento sobre os arquivos está por trás da visibilidade que bibliotecas, museus e galerias possuem em comparação com os arquivos. Eles têm uma situação muito melhor em termos de orçamento que os arquivos,

¹⁴ The Canadian Broadcasting Corporation (CBC), “Digital Archives”, trabalha nessa direção. Há material acessível na primeira página da CBC, e existe um grande número de *clips* dos arquivos desta televisão e dos programas de rádio referentes ao contexto histórico de diversos problemas contemporâneos no Canadá. Veja <http://archives.cbc.ca/>. O CBC Digital Archives recebeu o prêmio Philip M. Hamer and Elizabeth Hamer Kegan da Society of American Archivists (2008) por tornar conhecimento público os documentos arquivísticos.

pelo menos no Canadá, mesmo que dependam bastante dos arquivos para realizar seu trabalho.¹⁵ Igualmente é possível dar a opção ao usuário de se deslocar, por meio de pontos de acesso, para um sistema descritivo mais formal, baseado na proveniência, ou permitir que se entre diretamente. Pesquisadores poderiam ter a opção de acessar explicações detalhadas sobre os sistemas e como eles funcionam, para ajudar as pessoas a encontrar documentos e informações.¹⁶ Outra boa maneira de ouvir os usuários é envolver o desenvolvimento de uma abordagem mais participativa deles no trabalho arquivístico. Isto poderia ser um aspecto chave para perseguirmos novos usos entre o público em geral, como discutido acima. É um aspecto que foca aqueles que não foram literalmente os produtores dos arquivos, mas que estão documentados nos arquivos ou referenciados neles. Por exemplo com os indígenas, os arquivos poderiam convidá-los a dar uma orientação no desenho do arquivo e contar as histórias da comunidade e suas experiências pessoais, o que ajudaria na indexação e na perspectiva contextual da descrição dos documentos.¹⁷ Em outras palavras, quais seriam as questões iniciais para eles na compreensão de suas experiências, e como isto poderia crescer e se relacionar com outras questões iniciais discutidas anteriormente sobre os diversos links?

Que tipo de conhecimento e formação para os arquivistas nos conduzirá à *sociedade dos arquivos*? Se nosso maior desafio hoje é encontrar novas formas de integrar os arquivos às principais questões que preocupam nossos patrocinadores e a sociedade, então o conhecimento que os arquivistas precisam e a formação profissional que eles recebem devem prepará-los para tal. Os educadores não percebem isso, é claro, pois nossa ênfase tem sido outra, dirigida a definir e ensinar o corpo do conhecimento

¹⁵ Shelley Sweeney, "Lady Sings the Blues: The Public Funding of Archives, Libraries, and Museums in Canada", in Avery and Holmlund, *Better off Forgetting?* eds., *Essays on Archives, Public Policy, & Collective Memory* (Toronto: University of Toronto Press, 2010).

¹⁶ Sobre explicações gerais para pesquisadores e como o conhecimento contextual pode ser usado, veja meu texto "Reopening Archives". Para a discussão do tipo de informação sobre avaliação que poderia estar disponível para os pesquisadores, "Documenting Appraisal as a Societal-Archival Process: Theory, Practice, Ethics", in Terry Cook, *Documenting Society and Institutions: Essays in Honor of Helen Willa Samuels* (Chicago: Society of American Archivists, 2011).

¹⁷ Sobre um esforço pioneiro do State Records Authority of New South Wales para inserir os aborígenes australianos num projeto participativo, veja "In Living Memory", *Vital Signs* 9 (September 2006) e <<http://www.records.nsw.gov.au/state-records-gallery/in-living-memory/in-living-memory-exhibition>>. Consulte também Katie Shilton and Ramesh Srinivasan, "Participatory Appraisal and Arrangement for Multicultural Archival Collections", *Archivaria* 63 (Spring, 2007) e Michelle Rydz, *Participatory Archiving: Exploring a Collaborative Approach to Aboriginal Societal Provenance*, (MA Thesis, Archival Studies, Department of History, University of Manitoba, 2010).

arquivístico e a teoria de que o arquivista necessita para assegurar o funcionamento de qualquer arquivo. O resultado é que os arquivistas sabem muito bem como realizar o seu trabalho em um alto grau de sofisticação. Eles são capazes de encarar qualquer desafio. O problema é que normalmente não têm os recursos necessários para isso. Obviamente, os programas educacionais devem continuar a preparar os estudantes para atuar e crescer em seu trabalho, mas, como devemos buscar recursos, precisamos focar mais em satisfazer nossos patrocinadores e as principais demandas da sociedade, um processo que depende de transformar informação em conhecimento.

Sugeri que a transformação de informação em conhecimento depende de três pontos principais:

- I) Conhecimento mais profundo da história dos arquivos baseado na proveniência, de forma que possamos usar a compreensão dos padrões de comunicação para traduzir informação em conhecimento, e perseguir um uso não antecipado e mais complexo dos arquivos;
- II) Busca mais ativa de novos usuários nas instituições patrocinadoras de arquivos e na sociedade – não esperar que eles achem os arquivos, mas literalmente criá-los;
- III) Cobrir com uma interface mais amigável para o usuário o conhecimento profundo de contexto arquivístico em nossos sistemas descritivos, para melhorar o acesso ao conhecimento nos arquivos e ampliar seu público, especialmente para as minorias e o povo indígena, que talvez nunca tenham usado arquivos.

O conhecimento sobre o contexto histórico dos documentos de arquivo é a mistura de conhecimento sobre história (até o presente) da sociedade, dos responsáveis pelos arquivos, da comunicação e dos arquivos. Isto poderia ser reunido ao conhecimento das principais preocupações dos patrocinadores e dos segmentos da sociedade, como sistema de saúde, desenvolvimento econômico, justiça social e relações interculturais, e como arquivistas trabalham essas necessidades. Eu vejo o

arquivista como um ouvinte dessas vozes e necessidades, e como um coprodutor (com os usuários) do conhecimento que tenta alcançar. Isso não é diminuir outros aspectos do trabalho e da formação arquivística, porque uma vez que essa estratégia tenha sucesso, o trabalho de coprodutor do arquivista terá que ser aprimorado para que se atenda às necessidades da *sociedade dos arquivos*.¹⁸

¹⁸ Outro trabalho com a mesma abordagem, formação arquivística, empregada no programa de mestrado da Universidade de Manitoba, Archival Studies, veja meu artigo "Hugh Taylor's Contextual Idea for Archives and the Foundation of Graduate Education in Archival Studies", in Barbara Craig, *The Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor* (Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992); "Professional Education in the Most Expansive Sense: What Will the Archivist Need to Know in the Twenty-first Century?" *Archivaria* 42 (1996); "Learning to Think Archivally: Thesis Research in the Archival Studies Program at the University of Manitoba", *Archivaria* 55 (2003); e "What is an Archival Education?", *Journal of the Society of Archivists* 28, n. 1 (April 2007). Para uma contribuição de Terry Cook dentro da abordagem da Universidade de Manitoba, veja seu texto "The Imperative of Challenging Absolutes" in Graduate Archival Education Programs", *American Archivist* 63 (2000), um número especial dedicado aos programas de graduação em diversos países.

REFLEXÕES E MUDANÇAS NO MUNDO DOS ARQUIVOS (Resenha de *Currents of archival thining*)

Helóisa Liberalli Belloto
Universidade de São Paulo

EASTWOOD, Terry & MACNEIL, Heather, ed. *Currents of Archival Thinking*. Santa Barbara, Denver, Oxford, ABC-CLIO, 2010. 254p. (acessível como e-book por meio de: www.abc-clio.com).

Com a louvável intenção de explorar o desenvolvimento, as tendências e os rumos do moderno pensar arquivístico sobre a natureza e os objetivos dos arquivos, tanto quanto o do papel dos profissionais e das instituições da área no concernente à preservação do patrimônio arquivístico, dois dos mais notáveis arquivistas canadenses da atualidade, os professores e pesquisadores Terry Eastwood da Universidade da Columbia Britânica e Heather MacNeil da Universidade de Toronto, convidaram alguns especialistas a refletirem e a opinarem sobre a questão. Desses textos resultou a obra que traz o significativo título de *Currents of Archival Thinking*.

Sendo os autores por eles convidados originados dos Estados Unidos, da Irlanda, do Canadá, da Inglaterra e da Austrália, a obra acaba por evidenciar uma determinada "linha" do pensar arquivístico que, se de um lado, tem sido bastante elucidativa e enriquecedora para nós em seus contornos mais universais, de outro, apresenta fortes marcas do saber e do fazer arquivísticos característicos do mundo anglófono. Algumas dessas marcas são dissonantes da nossa sistemática, mesmo que não totalmente oponentes a ela. A mais evidente dessas dissonâncias é a distinção entre as áreas dos records *managers* e a dos *archivists*, distinção e fosso esses, hoje em dia felizmente em cheque naqueles países. Ali, profissionais, produtores e usuários, têm-se dado conta do quanto ganha a arquivística com a integração da pretensa dualidade profissional e com a aceitação e o reconhecimento plenos da continuidade da teoria do "ciclo de vida dos documentos", da "arquivística integrada" ou a do "continuum" dos documentos de arquivo. Sobretudo na Austrália já se compreende a importância da "união" das duas profissões anteriormente

separadas, em apenas uma. Aliás, também na Europa em geral, em épocas anteriores, a atuação do arquivista era considerada basicamente aquela nos arquivos permanentes. Assim sendo, além dessa distinção quanto à formação e atuação profissional em relação ao Brasil, também devem ser ressaltadas algumas diferenças inamovíveis (até em razão da distinção entre os sistemas jurídicos e administrativos nacionais). Tendo presente essa compreensão, a obra pode abrir aos arquivistas brasileiros uma boa perspectiva de reflexão, de aprendizado, de comparação, de adoção (ou rejeição) de novas abordagens e modelos; enfim, é oportunidade de revisitar conceitos e de cotejar métodos e práticas.

A própria estrutura do livro demonstra a intenção dos organizadores de discutir o pensar e o fazer arquivísticos, desde sua origem até os desafios contemporâneos, agrupando os dez capítulos em três partes: 1. Alicerces (*Foundations*); 2. Funções (*Functions*); 3. Modelos e metáforas (*Models and Metaphors*). Todos os capítulos estão estruturados em uma pequena introdução, seguida dos diferentes tópicos, da conclusão. Na parte final de cada um deles, constam duas listagens, a das notas explicativas e a das referências bibliográficas. Essa configuração torna mais clara e didática a compreensão dos textos. Algumas repetições e reiterações ocorrem entre alguns capítulos, o que é compreensível, já que a temática acaba sendo a mesma: possibilidades de novos olhares sobre a tradição.

Na Introdução Heather MacNeil explica o porquê dos três agrupamentos e alude às cinco “mudanças” arroladas por Terry Cook na sua antológica conferência no Congresso Internacional de Arquivos em Pequim, em 1996: 1. As novas discussões em relação à existência dos arquivos; 2. A mudança do significado de se “preservar” documentos; 3. As novidades quanto às fontes da teoria arquivística; 4. A transformação do papel dos arquivistas, agora, não mais como “neutros e passíveis guardadores de documentos” e sim como “moldadores do patrimônio documental”; 5. O deslocamento do entendimento da teoria arquivística anteriormente considerado “universal” para sua atual compreensão como sendo mais “historicamente situada e determinada”.

No sentido dessas inovações é que se desenvolve a explicação sobre a intenção de reunir tópicos que refletissem os novos olhares sobre a natureza e os objetivos dos arquivos, considerando-os evolutivamente, analisando os impactos de toda natureza recebidos na trajetória teórica, metodológica e prática da arquivística. De outro lado, os organizadores buscaram que os autores apresentassem a preocupação de como as inovações tecnológicas atuais afetam, ou até contestam, “os saberes” tradicionais da

área. Usando as mudanças propostas por Terry Cook como subtítulos dos tópicos da Introdução, MacNeil resume sob cada um deles, os capítulos que lhes são concernentes.

Com isso, é possível afirmar que o presente livro é eco e resposta a aquele brado lançado no congresso de Pequim pelo lúcido teórico canadense na sua conferência, que abria, em 1996, as comemorações do centenário do primeiro grande manual da arquivística, o holandês, de 1898, intitulada: “*What is Past is Prologue: a History of Archival Ideas Since 1898 and the Future Paradigm Shift*”. A imediata repercussão, não só no próprio congresso, como depois dele, nos meios arquivísticos internacionais, fica agora consolidada nessa obra. Ela é merecedora de estudos e discussões nos meios arquivísticos brasileiros, tanto acadêmicos como institucionais, preocupados, como parecem estar com a atualização de conhecimentos e de experiências imprescindíveis para o crescimento qualitativo da área.

No módulo inicial “Alicerces” (*Foundations*), seus dois capítulos focalizam as raízes e o desenvolvimento subsequente da teoria e da metodologia da arquivística, com ênfase na natureza dos arquivos e no princípio da proveniência.

O primeiro capítulo, “Um domínio impugnado: a natureza dos arquivos e o rumo da ciência arquivística” (*A Contested Realm: the Nature of Archives and the Orientation of Archival Science*) é de autoria de um dos organizadores da coletânea, o canadense Terry Eastwood, que foi professor de arquivística na Universidade da Columbia Britânica. Neste capítulo introdutório ele vai, pouco a pouco, contestando as idéias tradicionais dentro do domínio arquivístico, começando pela própria definição de “natureza”, natureza seja do que for. Se esta é a combinação particular de qualidades que pertencem a essa coisa em razão de sua origem, sua constituição, suas propriedades e seus atributos, ele demonstra o quanto a natureza dos arquivos tem orientado o campo de conhecimento arquivístico. Arquivos são criações sociais; no sentido de serem produtos da sociedade humana que, no seu evoluir, vai acarretando, formando e transmitindo características que naturalmente se refletirão na natureza de seus produtos, os arquivos, entre eles. Mas ele julga que os arquivistas não são unânimes no entendimento do que seja a natureza dos arquivos. A seu ver, muitas das disparidades têm origem na tradicional diferença no mundo anglo-saxão entre *records* (documentos correntes) e *archives* (documentos permanentes), o que vem pouco a pouco sendo aplainado com os estudos das propriedades arquivísticas dos documentos eletrônicos. Para o autor, de fato, a discussão entre duas possíveis

“naturezas” é improcedente, já que elas são interdependentes. E parece colocar ponto final na dissensão, ao dizer: “Arquivos são feitos de *records* e *records* serão arquivos” (p.4).

Abordando a organicidade (presidida pelo vínculo orgânico que é suposto existir entre os documentos de arquivo com o seu produtor e entre eles próprios), a unicidade, a naturalidade, a imparcialidade e a autenticidade – todas elas no seu sentido arquivístico - e servindo-se dos teóricos tais como os autores do Manual Holandês, S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin o inglês Jenkinson, o italiano Giorgio Cencetti e o francês Michel Duchein, o Autor demonstra as concepções teóricas e os métodos que marcaram a arquivística tradicional desde meados do século XIX até meados do século XX.

A metáfora orgânica veio desde o Manual holandês justamente para enfatizar que os arquivos eram como seres vivos, eram o “resultado de atividades” das entidades produtoras, refletindo sempre as suas funções. Essa organicidade traz como consequência que os arquivos sejam naturalmente formados. Nesse sentido, os especialistas sempre chamaram a atenção para o contraste entre a “naturalidade dos arquivos” (resultam diretamente do cumprimento de funções) e a “artificialidade das coleções” (resultam de escolhas do colecionador). Ademais, em decorrência daquela organicidade, os componentes do arquivo formam um “todo orgânico”, dentro do qual estão unidos entre si e com seu produtor por um “vínculo arquivístico” (*archival bond*). Essa inter-relação é associada à unicidade e a naturalidade do documento, todas essas qualidades vindo a constituir a base do princípio da organicidade. Junte-se a elas ainda a autenticidade e imparcialidade, sobre as quais Jenkinson já chamava a atenção.

Apesar da teoria, como considerada hoje, em sua essência, vir daqueles clássicos que já apresentavam todos esses sinais reconhecíveis da identidade do documento arquivístico, o Autor passa a contestar as posições tradicionais. Elas vem sendo impactadas, a partir da segunda metade do século XX, pelo desenvolvimento complexo e profundo do conhecimento e do saber, da administração, da tecnologia da informação e da comunicação, tanto quanto da sociedade em geral, tudo isso se refletindo diretamente nos arquivos. Argumenta ele sobre o quanto, hoje, muda a relação entre documentos antigos e recentes, muda a pesquisa histórica, muda o contexto da organização arquivística. Para Eastwood, “todas essas circunstâncias mutantes desafiam os arquivistas a reconstruir uma teoria mais robusta relativa à natureza dos arquivos mais de acordo com o mundo contemporâneo”.

Assim, as idéias tradicionais vêm sendo contestadas com visões novas sobre proveniência, fundos e séries, naturalidade e intencionalidade, imparcialidade e autenticidade. Mas a reorientação da “empreitada” arquivística, para o Autor, talvez tenha a ver mais com o papel que o arquivista e as instituições arquivísticas deveriam exercer na sociedade do que, propriamente, com a elaboração de teorias e metodologias para guiar a prática (p.19).

O segundo capítulo “Origens: desenvolvendo idéias sobre o princípio da proveniência” (*Origins: Evolving Ideas about the Principle of Provenance*), é da canadense especialista em arquivos de escritores, Jennifer Douglas, e aborda a tão decantada “proveniência” sob três óticas: como princípio organizativo, como construção física e intelectual e como contexto sócio-histórico.

O princípio da proveniência é hoje universalmente aceito como o fundamental no campo da organização de arquivos, sendo praticamente considerado sinônimo do princípio do *respect des fonds* (surgido na França em 1841), visto como a junção deste com o princípio da ordem original (o *registraturprinzip* aplicado pelos arquivistas prussianos a partir 1881, juntamente com o que eles chamaram de *provenienzprinzip*). E se pode considerar, tal como é apresentado hoje, de autoria dos arquivistas holandeses que o apresentaram em seu decantado Manual. Portanto, a “linha” de evolução e aplicação do princípio vai, grosso modo, do “construtor” do *respect des fonds*, o francês Natalis de Wailly, passando pelos autores do Manual Holandês, S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin e pelo clássico inglês Hilary Jenkinson (Manual de administração de arquivos) e chegando à sistematização com T.R. Schellenberg. E, a partir dele, tomado universalmente.

A citação, logo no início do capítulo, da idéia do respeitável arquivista Peter Horsman de que o “princípio da proveniência é o único princípio da teoria arquivística” e que, todos os outros apenas dele decorrem, indica que se está pisando num campo importante e especial da teoria dos arquivos, e, por isso mesmo muito visitado, observado e estudado. Mas, mesmo assim, a Autora consegue apresentar originalidade em sua discussão, tanto que termina sua explanação lançando inesperado desafio aos arquivistas: onde termina o contexto? Pensado inicialmente como simples estratégia para ajudar os profissionais a determinar o melhor arranjo aos agrupamentos de documentos, ele teve o seu objetivo também direcionado para interpretações e representações.

Os esforços dos arquivistas em expandir as fronteiras do princípio têm um

potencial positivo, que é, justamente, o de se encorajar um entendimento mais inclusivo dos vários contextos que vão impactando um conjunto de documentos no decorrer do tempo. Contudo, é preciso colocar nisso muita cautela, porque muitas vezes se vai confundir a proveniência com o contexto sócio-histórico ou confundir a proveniência com o “contexto de produção”.

Os australianos consideram o seu “sistema de séries” como uma “redefinição” do princípio da proveniência, estabelecendo as devidas relações entre as entidades da guarda e da organização documental com as entidades do contexto, isto é, as da produção e uso primário. Com alusões aos teóricos italianos como Cencetti, Pavone, Tamblé e Valenti, das concordâncias e dissidências entre eles, são explorados os preceitos em torno do quanto o arquivo reflete o produtor e em torno da questão da ordem original. Na concepção de Fileppo Valenti, ela advém não da ordem física propriamente, no seu sentido restrito, mas sim da “estrutura” do conjunto, daquilo que ele chama de “agregação arquivística” (p.32).

O que Jennifer Douglas pretende nesse capítulo é nos fazer compreender – e aceitar – a ampliação ao conceito de contexto arquivístico e a renovação do de proveniência. Ela cita Tom Nesmith e outros arquivistas que advogam a essa expansão chamando a atenção para além do administrativo, para o contexto social e cultural no sentido mais amplo, sublinhando que a criação existe ao longo de um *continuum* de ações que incluem autoria, custódia, uso, interpretação, representação e intervenção arquivística. Naturalmente, a proveniência continua associada ao contexto de criação, entretanto, consideravelmente mais alargado. Mas, também é preciso cautela, pois a Autora adverte que no alargamento do contexto a proveniência pode ficar muito diluída, indistinguível mesmo. É uma dificuldade inevitável a ser discutida e ultrapassada.

No módulo seguinte, o segundo, intitulado “Funções” (*Functions*) – com quatro capítulos – a preocupação foi a de reunir discussões sobre o que significa identificar, preservar e tornar acessível ao uso os documentos de valor permanente. O primeiro capítulo do módulo e terceiro do livro, “Dentro ou fora do documento? Noção de valor em arquivos” (*On or Off the Record? Notions of Value in the Archive*) é da irlandesa, atualmente nos Estados Unidos, Ciaran B. Trace.

O que na terminologia arquivística brasileira está sistematizado como “avaliação” abrangendo duas operações sob o mesmo termo (a primeira, a da atribuição dos prazos

de vigência e de vida; a segunda, a da eliminação), na arquivística anglófona, corresponde a dois termos que equivalem a dois procedimentos: avaliação (*appraisal*) e seleção (*selection*). O capítulo tem como epígrafe uma interpretação que Terry Cook faz a propósito da avaliação, interpretação que é real e objetiva, ainda que literária. Diz ele que ela “ocorre basicamente hoje sobre documentos de ontem, para criar um passado para amanhã”.

Ciaran B. Trace traz-nos um exaustivo histórico do conceito, da prática e da teorização da avaliação, analisando os estudos a respeito e sua aplicação, desde o início do século XX, enfatizando a contribuição do arquivista do *Public Records Office*, o inglês Hilary Jenkinson com o seu manual de 1922. Para ele o produtor do documento é quem está em melhor posição para atribuir prazos de vida aos documentos. Mais do que os arquivistas ou os historiadores, é ele quem melhor conhece a finalidade dos conteúdos expressos e de seu valor administrativo, financeiro, fiscal, etc. Só assim seriam evitados subseqüentes danos que a destruição indevida poderia causar em termos informacionais do ponto de vista da administração.

Passando pelas idéias de muitos arquivistas americanos, canadenses, e alemães expressas na literatura a respeito, a Autora chega ao misto de “teoria, estratégia e metodologia”, que é como o próprio autor da idéia, Terry Cook, denomina a sua “macroavaliação”. Rejeitando a idéia de que o “valor” é inerente aos próprios documentos, considerando-se apenas o entorno patente na sua criação e uso primário, ele projeta o valor do documento no sentido do seu entorno maior, a sociedade. Essa idéia da macroavaliação como aqueles critérios de avaliação mais amplos já nos tem falado Manuel Vazquez da Universidade de Córdoba, Argentina, nome tão conhecido da arquivística latinoamericana, denominando-os como os concernentes aos “setores da realidade”. Não é à macroavaliação que ele alude quando diz que além dos critérios jurídico-administrativos há que ver os testemunhos sobre a existência e as características estruturais do “setor comunidades, setor lugares geográficos, setor bens imóveis, setor objetos artificiais, objetos de laboratório”? (*Manual de selección documental*, Carmona, 1995, cap. 10-13). É preciso conhecer melhor os critérios sugeridos por Cook e aliá-los aos de Vazquez e pensar-se na ampliação do que deve ser considerado no momento do estabelecimento dos prazos de vida para os vários tipos documentos de arquivo. A fim de que restasse nos arquivos permanentes uma parcela significativa de informações que pudessem retratar a sociedade no momento em que elas foram produzidas, realmente

seria necessário obviar critérios para além dos tradicionais. Virtualidades a serem consideradas.

Cook rejeita a restrição da avaliação dentro dos limites da administração e do direito. Para ele, a macroavaliação trata de “especificar atributos genéricos e interconexões e aponta as convergências ou conflitos entre os produtores de documentos (órgãos públicos, organizações privadas e pessoas), as características sócio-históricas (funções, atividades, programas) e os cidadãos, clientes e fregueses, e de avaliar como tudo isso, estrutura, funções e pessoas, se influenciam entre si, direta ou indiretamente” (Terry Cook no seu *Mind over matter: Towards a new theory of archival appraisal*. In: *The archival imagination*. Ottawa, Association of Canadian Archivists, 1992). Segundo a nova visão, no processo da avaliação há que considerar outros intervenientes que não os jurídico-administrativos, por que, afinal, onde, verdadeiramente, reside o valor do documento? Ele é inerente ao documento, portanto interno, ou é-lhe atribuído por um julgamento que lhe é externo?

O objetivo da avaliação vem sendo transformado, desde quando foi diminuindo a preocupação concentrada nos documentos vistos principalmente como fonte para a historiografia, ampliando-se o seu valor secundário em uma direção “a uma noção mais pluralista que abrange o conceito de transparência governamental e que também vê o arquivo como “forma de memória social construída” (p.57).

Prova, transparência, memória são razões de ser de critérios mais elásticos na seleção dos documentos a serem considerados de longa duração. Mas, não há normas rígidas nesse sentido, já que mérito e valor são noções subjetivas. Avaliação é um processo complexo e difícil, mas não impossível. Ela vem sendo reposicionada como esforço participativo, no qual arquivistas e produtores, dentro de determinada comunidade, colaboram uns com outros para identificar as informações que tenham significado para essa mesma comunidade.

O esforço renovador da avaliação é hoje impulsionado pelo desafio apresentado pelos documentos eletrônicos, pelo “ajustamento eletrônico” do qual nos fala Hugh Taylor “Transformation in the archives: adjustment or paradigm shift?” In: Nesmith, Tom, ed. *Canadian Archival studies and the rediscovery of provenance*. Metuchen, Scarecrow Press, 1993, 227-49). Alguns padrões de avaliação serão os mesmos que os documentos em suporte tradicional, mas emergem outros novos. Por exemplo, a importância dos

metadados, já que são eles que permitem a indispensável ligação dos documentos ao seu contexto de produção, contexto administrativo, contexto documental e contexto tecnológico. Só seu conhecimento em separado e em conjunto pode permitir uma avaliação válida para os documentos eletrônicos.

O capítulo seguinte, o quarto, intitula-se “Preservando documentos de valor permanente” (*Preserving Records of Enduring Value*), de Michèle V. Cloonan, dos Estados Unidos. Embora o título original, de acordo com as novas tendências nos países de arquivística avançada, aluda a “valor de longa duração”, entre nós, esses mesmos documentos são ainda entendidos, como sendo os de “valor permanente”. O conteúdo desse capítulo é seqüência natural do anterior, já que focaliza justamente os documentos remanescentes do processo avaliatório.

A Autora vê a preservação desse tipo e material de forma similar à preservação das outras formas de patrimônio cultural, notando, porém, que no caso de preservação arquivística é preciso não esquecer de que se trata de peças que devem sempre ser consideradas dentro de conjuntos, em obediência ao princípio da proveniência. Conservamos o legado cultural para preservar a memória, sendo essa preocupação também de bibliotecas e museus, não obstante a diferença dos objetos que tratam de custodiar e conservar respectivamente.

Decodificando a expressão mais usual em inglês para patrimônio cultural, *cultural heritage*, é justamente definido o termo heritage como todas as coisas que podem ser preservadas por revelarem algo sobre a cultura que as produziu. São definidos e explicadas as diferentes entre os termos “preservação”, “conservação” e “restauração” aplicados ao cuidados para com aqueles bens culturais, sejam os móveis, os imóveis, visuais, audíveis, naturais, artesanato etc. E tendo suas respectivas práticas nos arquivos, nas bibliotecas, nos museus, nos monumentos etc.

Os sub-capítulos vão abordando sucessivamente as diferenças entre o material dos arquivos e das bibliotecas; arquivos e preservação; conservação do papel e a conservação das novas mídias e a “preservação digital”. A preservação do suporte papel, é apresentada historicamente, desde os métodos mais antigos e rudimentares, incluindo-se as formas da restauração de documentos deteriorados desde o século XVIII, até as formas modernas de preservação das novas mídias (material iconográfico, sonoro, visual, áudio-visual) e à preservação digital. Distingue-se o uso de técnicas digitais para a preservação de

documentos originalmente sobre papel da preservação dos “nascidos digitais”. Um grupo de trabalho da Associação Americana de Bibliotecários tem divulgado suas definições, políticas, estratégias e ações para a preservação dos documentos eletrônicos. A intenção é assegurar a autenticidade e segurança contra as fílas e as mudanças tecnológicas.

Aludindo à metáfora de Hugh Taylor de que há uma “ecologia da preservação”, a Autora acaba por demonstrar que a preservação é a “relação entre os documentos e o meio ambiente”. A preservação é a gestão do patrimônio que inclui os costumes locais, as práticas e os padrões profissionais, educação, respeito à legislação e convenções internacionais a respeito.

Segue-se o capítulo cinco, “Debate sobre a descrição” (*Debates on Description*), do inglês Geoffrey Yeo, que aborda a discussão em torno da descrição arquivística, colocando-a simultaneamente como um processo e um produto. Os alvos do Autor são principalmente as controvérsias e as revisões a respeito do tema nos últimos anos.

É concordância geral que a descrição também se submete ao princípio da proveniência porque, em primeira instância, para concretizá-la, é preciso se ter em mente muito mais a origem e contexto do que o assunto do documento. Assim, nos séculos XIX e XX, se necessitava do arranjo prévio dos fundos, respeitando o enunciado daquele princípio: não se mesclam documentos de fundos distintos. Ora, isso implicava em ordem física, que, agora, no século XXI, no “arranjo” dos documentos eletrônicos faz pouco ou nenhum sentido.

Baseado em idéias de Terry Cook e de Terry Eastwood, o Autor afirma que no meio digital, no qual os posicionamentos de junção física são insignificantes ou estão totalmente perdidos, o que interessa é a multiplicidade dos relacionamentos lógicos entre os documentos. E necessitamos de metadados adicionais para fundamentá-los e isso se consegue dando-se ênfase ao arranjo. Toda a estrutura dele em fundos, subfundos e séries, com toda a sua complexidade hierárquica, será refletida na descrição.

Ao analisar a descrição retrospectiva, o Autor demonstra o quanto ela é falha em relativamente a uma identificação clara do contexto, mas. Ap mesmo tempo, aponta as controvérsias sobre a manutenção da descrição vinda da primeira idade. Até que ponto as normas que o Conselho Internacional de Arquivos desde os anos 80 do século XX – a ISAD(G), a ISAAR(CPF) e a ISDF são satisfatórias? A verdade é que elas não têm sido totalmente aceitas em termos internacionais. A maior parte das

críticas reside no fato de serem modelos adaptados da prática biblioteconômica e de, por isso mesmo, separando descrição do documento da do contexto, além de serem inadequadas para os documentos eletrônicos.

Reconhecendo que o conhecimento do contexto é crucial, mas também admitindo ser ele difícil por ser ilimitado, Geoffrey Yeo se pergunta o que enfatizar como contexto? Seria preciso inventar-lhe fronteiras. Atermo-nos apenas ao histórico das entidades produtoras (pessoas físicas ou jurídicas), à estrutura e funções das organizações ou à biografia e atividades dos titulares, no caso dos arquivos pessoais? Ou ir além, aos entornos jurídicos e sociais? Seria produtora uma maior irradiação do contexto documental?

Para o Autor outras “vozes” para além da do arquivista devem ser ouvidas, mesmo que se reconheça que a representação descritiva nunca vai ser perfeita. As vozes dos produtores? As dos usuários? A da “sociedade” como acima referido? Além disso, haveria que se pensar em acesso, que não por meio da representação e sim o acesso direto, como por exemplo, as imagens digitalizadas dos documentos da íntegra, etc.

O trabalho arquivístico é necessariamente subjetivo e a verdade é que as normas de descrição não são ideais, mas são “um porto seguro de partida e de chegada”. Segue sendo um desafio, que é consequência da complexidade e diversidade do material arquivístico no mundo de hoje.

O capítulo seis, que encerra o segundo módulo, é o denominado “Mediação arquivística” (*Archival Mediation*), escrito pela professora da Universidade de Toronto, Wendy M. Duff e trata dos serviços de referência em arquivos históricos. Para nós no Brasil essa é uma prática pouco usual e não sistematizada. Entre nós ainda campeia aquela “orientaçãozinha” que um atencioso antigo arquivista da casa ou um assíduo usuário, os ditos “ratos de arquivo”, sempre dispostos a mostrar o quanto conhecem o acervo. Não é uma crítica a eles. Benditos sejam. Mas, um bom atendimento comporta também a presença dos “arquivistas mediadores” de forma profissional e sistematizada. Mais, ainda, na atualidade, quando a internet possibilita a “presença” virtual de usuários remotos. Fala-se mesmo em “referência presencial” e “referência virtual”, dando forma ao atendimento *in loco* e o feito à distancia.

A referência, isto é, a operação que corresponde ao atendimento personalizado ao consulente, não é uma obrigação primeira do arquivista. Entretanto, ela completa o cumprimento de suas funções. Ela pode mesmo ser proativa, quando os profissionais, por

meio dos programas culturais, do serviço educativo e de sua presença acadêmica criam interesses e atraem novos usuários. Esse atendimento pode ser mais informativo e rápido a consulentes pontuais, que procuram determinadas informações ou ser mais profundo e mais detalhado para os pesquisadores de longa permanência na exploração de seus fundos do seu arquivo. Para o atendimento a esse tipo de usuário são mencionados cinco passos a serem cumpridos pelo serviço de referência (registro, identificação, orientação, entrevista de entrada, interação contínua e entrevista de saída). A entrevista prévia inicial entre arquivista e pesquisador merece destaque por parte do Autor. Parece tarefa fácil, mas não é, aponta ele, já que, muitas vezes, é preciso enfrentar a ansiedade, a confusão e o “medo de parecer ignorante” da parte do futuro usuário. Haverá todo um trabalho de condução e negociação por parte do arquivista.

Por meio do processo de negociação, “os usuários vão se tornando aptos a articularem melhor e a refinarem suas demandas; e os arquivistas a descobrirem os *wanted*s, isto é, as informações desconhecidas e buscadas e os *givens*, isto é, o que o pesquisador já sabe e comunica para facilitar (p.120). Estratégias e comportamentos do arquivista para otimizar essa entrevista são fartamente mostrados no presente capítulo.

Conhecimentos básicos que são imprescindíveis ao arquivista de referência incluem cultura geral, história dos órgãos públicos e organizações detentoras dos fundos do arquivo, suas funções e as mudanças que sofreram através do tempo, ademais, devem conhecer o processo de criação dos documentos e sua tipologia. Só assim estarão habilitados a responder com êxito as perguntas e questões apresentadas, sejam no âmbito de consultas rápidas, sejam no da pesquisas mais amplas e demoradas.

A consulta virtual foi dedicado um sub-capítulo. Suas vantagens, mas também suas limitações são discutidas. Aqui não se trata de consulta a sites, a inventários e catálogos virtuais ou a imagens digitalizadas de documentos na íntegra e sim a perguntas e respostas via e-mail, telefone ou fax. Elas têm aumentado consideravelmente e muitos arquivos mantêm esse tipo de serviço por 24 horas.

A importância cada vez maior do serviço de referência em arquivos, tanto no atendimento presencial como no virtual, não tem recebido a correspondente e merecida atenção dos arquivistas nem de seus superiores, na mesma proporção do seu crescimento. Arquivistas de referência “desempenham um papel vital como mediadores entre o usuário e o arquivo e ajudam a desenvolver o acesso às informações relevantes. O arquivista de

referência equilibra as necessidades dos documentos com as necessidades dos consulentes e localiza o ponto de encontro perfeito” (p.133).

No último terceiro e módulo, “Modelos e *metáforas*” (*Models and Metaphors*) – com quatro capítulos – foram analisados os instrumentos que dão forma ao pensamento dos arquivistas sobre os arquivos e as instituições arquivísticas. Dentro dessa idéia, os autores foram solicitados a que se manifestassem sobre exemplos relativos ao ciclo de vida e ao *continuum* dos documentos, aos arquivos como “arsenais de responsabilidade”, como “lugares da memória” e como a “evidência do eu”.

Em primeiro lugar, são tratados os modelos para o entendimento da “vida do documento” no capítulo sete: “Ciclo vital e *continuum*: uma visão dos modelos de organização arquivística do período pós-guerra” (*Life Cycle and Continuum: A View of Recordkeeping Models from the Postwar Era*) do Glenn Dingwall, arquivista canadense que atua no Arquivo da Cidade de Vancouver. Nele se historia e analisa uma das principais tentativas levadas a cabo no século XX para o entendimento do fenômeno da criação e da organização de arquivos: o modelo do ciclo vital dos documentos (*life cycle*) e o seu suposto sucessor, o modelo do continuum documental (*continuum*). A razão da tentativa de estudar e racionalizar o trabalho com os arquivos foi o dramático aumento no volume de documentos criados pelos órgãos governamentais além da crescente complexidade das estruturas administrativas produtoras. A solução para a racionalização do fluxo documental foi a criação dos *records centers* (arquivos intermediários) nos Estados Unidos nos anos 40, evidenciando-se então as três idades documentais: a primeira, correspondendo aos arquivos correntes; a segunda, aos intermediários e a terceira, aos permanentes ou históricos. A dicotomia profissional foi quase que automática naquele país: de um lado, os *records managers*, encarregados do tratamento documental tanto na primeira como na segunda idade e os *archivists* na terceira idade, a dos arquivos históricos.

A teoria das três idades é mostrada como uma metáfora orgânica que descreve os estágios da vida do documento. Vida, da criação à extinção, do nascimento à morte. Em termos menos metafóricos, ela é uma “representação linear dos estágios da vida do documento começando com a sua criação nos setores jurídicos ou nos administrativos e terminando com a sua destruição ou a permanência os arquivos permanentes” (p.142).

A aplicação prática desta seqüência linear de estágios da vida do documento foi sendo aperfeiçoada e teve sua plenitude nos anos 60. Os documentos, ainda

preferentemente em papel, iam sendo submetidos às distintas operações arquivísticas adequadas ao estágio de vida em que se encontravam: identificação, classificação, avaliação, descrição. As idades documentárias eram fortemente marcadas por suas respectivas características principais: criação/uso primário, retenção/eliminação, permanência/uso secundário.

Entretanto, passados 30 anos, surge agora uma interpretação alternativa à teoria do ciclo de vida, emanada da insatisfação de alguns arquivistas nos Estados Unidos e na Austrália com a sua linearidade e a sua compartimentalização. Suas razões estavam baseadas resumidamente nos seguintes fatores: 1. As estruturas organizacionais dos governos e das empresas, assim como as funções por elas distribuídas tornaram-se cada vez mais complexas; 2. Como consequência, os procedimentos administrativos e corporativos tornaram-se mais difíceis, complicando a possibilidade da aplicação da linearidade da teoria das três idades; 3. O empecilho que essa mesma linearidade e rigidez causavam para se aplicar processos arquivísticos diferenciados nos contextos cada vez mais fluidos de produção de documentos e uso primário.

Agravando ainda mais essa questão, os teóricos se depararam com a falta de preparo técnico e de habilidade dos arquivistas (*archivists*) em compreender os processos de criação, manutenção e uso primário dos documentos para poderem trabalhar adequadamente com a avaliação, o arranjo, a descrição, quando eles passavam à sua custódia. Parte do problema foi detectado como sendo originado pela separação das profissões de *records managers* e *archivists*. Há que se apontar que a compartimentalização institucional e profissional, tida como impedimento da integração entre arquivos correntes e históricos é típica dos países anglófonos, aí incluindo também o Canadá de língua francesa. Aliás, o descontentamento está na raiz da “arquivística integrada” enunciada por Carol Couture em Montreal nos anos 90. Assim, os leitores da presente obra nos países em que nunca houve essa divisão, países, nos quais a passagem de uma idade a outra flui normalmente no meio institucional e é o mesmo profissional que está preparado para atuar em qualquer uma das idades, esses leitores devem tomar as argumentações desse capítulo com a devida precaução.

Afinal, em que consiste realmente a diferença entre as duas teorias? A do ciclo de vida e a do *continuum* têm distinções demasiado sutis, como mostra o Autor ao aludir à primeira como “a que invocando a metáfora orgânica, considera os documentos como

objetos que tem vida e que vão viajando pela flecha do tempo da criação à destruição ou a preservação” e à segunda como “a que nos traz à mente noções de graduações de tempo e espaço, que ignora divisões atomísticas ou direções preferenciais e atua no sentido de como o tratamento documental deve existir no seu próprio espaço” (p.140). Em resumo, o ciclo de vida impõe fronteiras, que são ignoradas pelo *continuum*. Segundo o Autor, ele representa “a melhor reflexão na área do tratamento de arquivos do século XXI e como tal, pode vir a ser a ferramenta mais útil se levarmos em conta o quanto nós, arquivistas, teremos possibilidades de maior interação com todo o entorno”.

Com o aparecimento dos documentos eletrônicos surgiu o desafio da organização, da separação em “três idades” e a sua preservação, o que provocou ainda mais a necessidade de mudanças na teoria do ciclo de vida, segundo os defensores da adoção do sistema do *continuum*. A redução da distinção entre documentos ativos, semi-ativos e inativos a apenas uma distinção virtual, mais do que uma diferença física passou a ter impacto sobre a questão do acesso, recuperação e circulação da informação. “A maleabilidade inerente ao documento eletrônico quanto à forma e conteúdo – e a eliminação da necessidade da presença física dos documentos de modo a se poder manipula-los – permite que o processo de ciclo de vida (tais como produção, uso primário e manutenção) ocorra simultaneamente e possa continuar a transformar o documento através de toda a sua vida. A natureza fundamentalmente diferente dos documentos eletrônicos mudou as expectativas da sociedade sobre o acesso e o uso do documento” (p.146).

O Autor argumenta que o documento digital desde o momento de sua criação já pode ser fonte de informações mais genéricas do que simplesmente as atividades do seu produtor em necessidade de passar antes pelo arquivo. Torna-se vaga a separação entre documento corrente e permanente. Para os australianos, é o momento de todo um revisionismo na teoria das 3 idades. Sem rejeitar totalmente as bases teóricas de Jenkinson e Schellenberg, pugnam pelo *continuum* e pela substituição da noção de fundo pela introdução do que chamaram de “sistema australiano de séries”. Este é apresentado como uma “reconsideração” do significado da proveniência, da ordem original e da custódia, que obedeciam às necessidades da segunda metade do século XX. O sistema novo de “séries” prevê que o tratamento documental não enfoque os documentos como objetos e sim que o tratamento documental seja um processo, enfatizando a continuidade desse processo em vez da segmentação artificial em processos separados que apenas dialogavam superficialmente.

Examinando as fraquezas e as vantagens nos dois modelos de como se entender a existência e o tratamento dos arquivos, considerando que a teoria do ciclo de vida nas três idades está voltada para o passado e que o futuro está no tratamento *continuum*, Glenn Dinhwall lança-nos o desafio. O de que “é sinal de boa saúde para a profissão de arquivista (ou para qualquer profissão) o ver novas idéias surgindo para desafiar as antigas” (p.156).

Segue-se o capítulo oito: “Arquivos e memória coletiva: mais que metáfora, menos que analogia” (*Archives and Collective Memory: More than a Metaphor, Less than an Analogy*), que é de autoria da norte-americana, professora da Universidade do Michigan, Margaret Hedstrom. A Autora começa por expor sua idéia de que a relação entre arquivo e memória ainda não é bem compreendida. Embora a moderna literatura na área arquivística aluda frequentemente ao tema, ele é apresentado de forma muito simplificada e genérica. Aliás, para ela também em outras áreas do conhecimento esse estudo não tem sido aprofundado.

Os vários ramos dos estudos da memória, a individual, a social, a coletiva são analisados pela Autora que, aborda ainda a interseção com o processo social que dá forma à identidade individual, à coesão do grupo e à consciência histórica. Se a “memória coletiva é uma construção social que reflete as necessidades do grupo ou dos indivíduos em entender o passado, e então surgem então perguntas sobre como identificar essas necessidades, quem o vai fazer e como as interpretações específicas sobre o passado serão mobilizadas para satisfazê-las” (p.166). E essa é uma questão particularmente importante para o arquivista, afirma a Autora, porque ela pode esclarecer sobre as fontes de arquivo pode fazer parte da construção da memória social.

“Memória e história” é o sub-capítulo que trata da relação entre uma e outra considerada como crucial para o arquivista, uma vez que os arquivos são usados na construção da historiografia e os historiadores constituem uma clientela diferenciada dos arquivos permanentes. São apresentadas duas das linhas de pesquisa dentro do tema “história da memória”. Em uma, ela é vista como fenômeno social, cultural e científico, profundamente afetado, hoje, pelas formas tecnológicas de armazenamento e transmissão da informação; na outra, enfatiza-se a relação história-memória focada nas questões historiográficas e epistemológicas. O debate história-memória envolve problemas fundamentais sobre as fontes históricas e o papel dos arquivos na formatação da memória.

Outro sub-capítulo aborda a conexão entre “Ciência arquivística e estudos sobre memória”. Nele, em primeiro lugar, é relatado o interesse crescente de arquivistas por estudos sobre a memória, chegando à problemática do impacto causado pelos documentos eletrônicos. Nesse sentido, tem sido redobrada a atenção para realmente se definir o que conservar e como, ademais do problema da autenticidade e credibilidade de tal tipo de suporte. Em segundo lugar, é abordada a questão de como os estudos sobre a memória têm influenciado a arquivística no que concerne à teoria e a prática da avaliação.

Os historiadores, na ampliação dos seus temas de pesquisa, em direção aos aspectos sociais, psicológicos e culturais do passado, estão utilizando um campo mais vasto de fontes do que anteriormente. Necessitam, pois, dos documentos que antes, de certa forma, eram desprezados pela historiografia. Esse fato vem afetando as práticas arquivísticas no tocante aos critérios de avaliação, e mesmo os de arranjo e de descrição. Também os arquivos pessoais, os das pequenas comunidades, os dos movimentos sociais enfim, os das “vozes escondidas da história” sendo alvo atual do interesse dos pesquisadores, também passam a ser por parte dos arquivos públicos ou privados, nos quais possam ser acessados, dando vida aos testemunhos esquecidos da história local, das identidades étnicas, das histórias de gênero, do lazer, da vida cotidiana, do cidadão, enfim. Isso provocou nos arquivistas canadenses o abraçarem a idéia dos “arquivos totais”, como que para preencher o vácuo entre os arquivos públicos e os privados.

A preocupação dos arquivistas para com a constituição de um corpo mais legítimo de “provas” para a historiografia está na raiz de novas estratégias documentárias, da idéia dos arquivos totais, das novas normas de descrição, da montagem de coleções multimeios. Isto, mesmo que se reconheçam as limitações dos arquivos no que concerne a serem os “guardiões da memória”. A Autora, com base no historiador francês Pierre Nora, acaba por afirmar: “Os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva e as instituições arquivísticas não são armazéns da memória coletiva, são, antes fontes para potencial descoberta ou redescoberta de memórias que foram perdidas. (...) Arquivos podem ser de grande valor, não quando a memória coletiva ainda persiste, mas quando eles podem prover como única fonte para o esclarecimento de acontecimentos e idéias há muito tempo esquecidas, das quais se ouviu falar, mas não foram provadas ou, ainda, foram reprimidas ou banidas” (p.176).

Margaret Hedstrom finaliza por argumentar que mais do que proclamar que um arquivo de uma nação é a sua memória ou que sem arquivos não se tem memória, os arquivistas devem ir mais fundo na idéia de como os arquivos estão aptos a descobrir ou redescobrir a prova que foi perdida ou apagada da memória buscada pelas comunidades.

O capítulo nove: "Arquivos como arsenais de responsabilidade" (*Archives as Arsenals of Accountability*) é de Livia Iacovino, do grupo de pesquisa sobre Records Continuum da Faculdade de Tecnologia da Informação da Universidade de Monash, Austrália.

O termo *accountability* surge nos Estados Unidos nos anos na área da política como sinônimo de abertura, transparência, confiança e responsabilidade, em oposição à corrupção, segredos, fraudes e acobertamentos ilícitos que se tornaram públicos nos escândalos governamentais e corporativos. Traduzido para o português como "responsabilidade" ou "transparência governamental e/ou corporativa" o termo significa para o pensamento arquivístico, como coloca a Autora, um fenômeno que é "formatado pelos acontecimentos políticos e sociais, pelas mudanças, tanto organizacionais, como tecnológicos e pelas disciplinas: ética, direito, história, ciências sociais, administração, computação e a própria ciência arquivística" (p.182).

A Autora lança o grande desafio aos arquivistas que é o deles "decidirem se vão se imbuir de uma visão mais ampla e se envolverem no processo formativo dos arquivos para assegurar que os documentos se tornem parte de um sistema social compacto ou se vão se limitar a um papel passageiro no qual serão só responsáveis pela pequena parte de documentos sob sua custódia". Como quaisquer outros profissionais conscientes, os arquivistas não podem estar fora do seu tempo e lugar, adverte ela, considerando-os mesmo como "agentes da responsabilidade", assinalando que na Austrália, as autoridades governamentais já estão se dando conta disso, não vendo mais a profissão como a de meros "guardadores de papéis". Aliás, sua responsabilidade chega mesmo a ultrapassar as paredes da instituição arquivística.

Pelos vários sub-capítulos intitulados, sequencialmente, "O contexto histórico e a responsabilidade arquivística"; "Continuum de responsabilidade"; "Diplomática e ciência arquivística"; "Pós-modernismo, pós-modernidade, teoria do *continuum* e relativismo cultural"; "Desafios contemporâneos ao arsenal arquivístico"; "Confiança e transparência governamental"; "Responsabilidade corporativa, consentimento

e governança"; Mecanismos da responsabilidade arquivística: quando e como" e "Continuidade e constatação", a Autora desfila detalhadas reflexões, argumentos, dúvidas e sugestões, suas ou de outros autores. Tentaremos resumi-los em conjunto, pois são idéias que se cruzam e que são de grande interesse e proveito, merecendo nossa atenção, ainda que algumas delas sejam mais cabíveis em realidades arquivísticas de países que não o nosso. Na realidade, esse é possivelmente o capítulo que mais procura conduzir o arquivista à importância do seu papel profissional e cidadão dentro da comunidade em que atua.

Em concordância com posições de Terry Cook, a Autora estende a concepção dos arquivos para além de serem arsenais de história, administração e direito para a noção do seu propósito de responsabilidade: arquivos como prova de ações passadas servindo a todos interesses (grifado no original) através do documento, uma vez que ele esteja localizado em um arquivo governamental ou privado. Essa posição demanda que o arquivista esteja presente desde a criação documento e acompanhe todos os seus estágios. O que no Brasil é perfeitamente compreensível, sendo mesmo, o usual. Mas não na América do Norte e na Austrália onde os seus arquivistas criticam que a Europa mantenha a tradicional sistemática de que a responsabilidade arquivística só comece quando o documento chega ao arquivo permanente.

As vantagens do tratamento documental feito dentro dos limites da responsabilidade institucionalizada, apresentadas por SueMc Kemmish e Glenda Acland no seu trabalho *Archivists at risk: Accountability and the role of the professional society* podem: facilitar as atividades governamentais; sustentar os mecanismos da sua transparência; ajudar constituir a memória social, nacional e a corporativa e a identidade individual, comunitária e nacional, assim como proporcionar fontes autorizadas de informação (p.184).

Além disso, há a implicação ética e a implicação jurídica. "A dimensão ética do governo torna-se um elemento essencial para os arquivistas e inclui e assegura responsabilidade histórica e coletiva para com ações passadas por meio do documento, aliás, um tema dominante nas sociedades pós-coloniais onde os direitos humanos foram altamente desrespeitados" (p.185). Quanto a questão jurídica também a responsabilidade tem a ver com o debate arquivístico em torno da dicotomia do documento como memória e como prova. No primeiro caso, a dimensão memória é a que tem a capacidade de sustentar o testemunho dos atos de sociedades e de pessoas, por meio dos documentos,

mesmo que não tenham sido criados para isso. No segundo caso, a dimensão probatória emerge da capacidade do documento de provar ações individuais ou institucionais através da captura do seu contexto de produção, uso e preservação.

Quanto às questões diplomáticas da veracidade e autenticidade, a Autora começa por abordar o quanto a “verdade” esta relacionada com a responsabilidade arquivística, no sentido de que o documento deve fornecer provas do sucedido. Só a diplomática pode prover-nos das ferramentas necessárias para “captar” aquela “verdade”. Indubitavelmente, a confiabilidade e a autenticidade são os elementos necessários para se detectar a veracidade da informação arquivística. A confiabilidade, ligada aos procedimentos de produção; a autenticidade, ligada ao teor e estrutura da redação, às normas legais, à forma de transmissão, à maneira de sua preservação e custódia.

O sub-capítulo em torno do que denomina pós-modernismo e pós-modernidade, por sua própria denominação, pretende discutir os aspectos mais inovadores e desafiantes da atualidade arquivística, chamando inicialmente a atenção sobre a própria natureza relativa da “verdade” posta nos documentos de arquivo. A Autora serve-se do lúcido testemunho de Heather McNeil, quando essa professora da Faculdade de Informação da Universidade de Toronto diz que “a teoria pós-modernista lembra aos arquivistas o que já deveríamos saber, que os métodos de medir o “valor-de-verdade” dos documentos como prova estão enraizados numa forma particular de ver o mundo e numa concepção particular de documento, como uma espécie de testemunho do mundo. O critério que eles estabelecem para determinar o que conta como “verdade”, são eles mesmos, produto de escolhas históricas, culturais e políticas e não esgotam todos os modos possíveis de ver o mundo ou as relações entre os documentos e o mundo” (p.187).

O que pretendem os incentivadores do revisionismo nas concepções e teorias da chamada era custodial não é negá-las, mas, pelo contrário reforçá-las em outros moldes. O que se quer é um foco cada vez maior da teoria arquivística dentro de uma multiplicidade de contextos nos quais os documentos possam ser entendidos. E isso acaba por ter relevância também em como nós usamos os arquivos para os propósitos da *accountability*, ou seja, da responsabilidade/ transparência governamental e/ou corporativa.

Para tratar da metáfora do arquivo como “arsenal”, como quer a clássica aceção de Charles Bautier (“Arquivos como arsenal da administração e celeiro da história”), Livia Iacovino afirma que isso dá aquela impressão do arquivo como inexpugnável fortaleza,

um lugar físico envolto por grossas paredes. O arquivo clássico como guardador das armas governamentais, os documentos que outorgam direitos dos governantes sobre os governados e os deveres destes para com os governantes. Talvez nunca o contrário. O “autoritário” arquivo do Antigo Regime. O que se pretende hoje do arquivo público é o contrário. Ou, ao menos uma horizontalidade e uniformidade de direitos e deveres.

Hoje, as inúmeras e diversificadas fontes de informação, além das arquivísticas, as redes sociais, os infundáveis conhecimentos on-line, inclusive, a comunicação governo-cidadão e não só na área do poder executivo, mas também na do legislativo e na do judiciário ampliam os sistemas de informação e de comunicação. Isso, entretanto sem tirar a capacidade da confiabilidade, da fidedignidade e da responsabilidade dos arquivos, dentro da especificidade única da capacidade de testemunho e de prova nos registros que ele contém.

O que governos e as direções de arquivos procuram hoje, dentro do trabalho da transparência administrativa, é conciliar o “direito de saber” com o “sigilo”, o direito à privacidade com a transparência governamental e judiciária, dentro do princípio democrático da obrigação dos governos de informar ao público sobre suas ações. Igualmente cabendo às empresas, ao mundo corporativo, dentro dos seus campos de atuação, também as responsabilidades e a condescendências cabíveis (p-192-193).

A Autora se pergunta, então, o quando e o como vão se dar os mecanismos da responsabilidade arquivística, afirmando tudo começar com a própria criação do documento. “Ele vem munido da prova de ações entre indivíduos ou grupos, das circunstâncias e intenções que envolvem essas ações e dos efeitos sociais dessas ações” (p.198) Ações que decorrem das relações socio-legais, as mais diversas, tais como governo-cidadão, pai-filho, empregador-empregado, vendedor-comprador etc. A seguir discute os problemas trazidos pela avaliação, pela falta de documentos (os que deveriam ser, mas nunca chegaram a serem gerados) e o papel das autoridades arquivísticas como agentes da responsabilidade em toda a cadeia documentária.

A dos arquivistas é uma das principais profissões responsáveis pela memória social havendo a obrigação ética tanto da parte dos produtores como dos funcionários dos arquivos de garantir todo o *continuum* documental. Os arquivos como “arsenais” de responsabilidades. E o capítulo termina com uma indagação ainda sem resposta: estarão os arquivistas aptos a assegurar a sobrevivência dos documentos dispersos no tempo e no

espaço em distribuídas redes de cunho social e econômico para fins de responsabilidade e transparência da informação?

O último capítulo do livro, o dez intitula-se “Revisando o pessoal: re-enquadrando vestígios da vida individual” (*Reenvisioning the Personal: Reframing Traces of Individual Life*) é de autoria da canadense especialista em arquivos literários, Catherine Hobbs que, já de início, define esse tipo de arquivos como aquele que não tem propósitos administrativos ou jurídicos, e sim pessoais. Observando o fato de que eles ultimamente tem recebido maior atenção tanto de pesquisadores como de arquivistas, a autora pretende apresentar novas formas de abordagem dos arquivos de pessoas.

Historiando o tema dentro da arquivística dos países anglófonos, a Autora argumenta sobre o quanto nela, eles foram ignorados ou, pelo menos, minimizados, ficando seu tratamento e custódia a cargo majoritariamente pelas bibliotecas. São recentes nesses países as tentativas de teorização dos arquivos pessoais. A Autora discorre sobre a polêmica entre os arquivistas australianos G. Powell e Chris Hurley (autores, respectivamente, de, *Archival principles and the treatment of personal papers* e de *Personal papers and the treatment of archival principles*, ambos trabalhos publicados em *Debates and discourses: Selected Australian writings on archival theory*, Camberra, Australian Society of Archivists, 1995). Para o primeiro, a estratégia na organização dos papéis pessoais seria uma classificação por assunto e formação de séries por tipo e/ou formato (*document form*), seguindo a tradição do tratamento de coleções e de acordo com o interesse dos pesquisadores; já para o segundo, defende com veemência que não se deve abandonar o princípio da ordem original quando se organizam papéis pessoais, preservando a informação contextual e não se devendo privilegiar nenhum tipo de pesquisador. Aliás, a maior parte dos teóricos, cujas idéias sobre o tema, a Autora vai mencionando, é concorde em reafirmar o aspecto orgânico dos arquivos e pessoas e de famílias: (A. Cunningham, Richard Cox, Sue McKemmish, Bárbara Cage, Verne Harris e outros). Para Richard Cox, a maioria desses arquivos apresenta a mesma organicidade derivada de funções e atividades, tanto quanto os documentos institucionais, e pelas mesmas razões: comprovar ações, documentar atividades, cumprir funções legais e administrativas, tanto quanto fornecer elementos para a memória (p. 217).

A contribuição de Sue McKemmish, com o seu *Evidence of me* é considerada neste capítulo como a mais importante no debate do tema. Ela chama a atenção dos

arquivistas para que efetuem nos arquivos pessoais a mesma identificação e análise de funções e atividades realizadas para o tratamento documental nos arquivos institucionais. E vê neles a mesma ênfase no sentido da prova, das relações orgânicas e da memória. Para ela, tal como o arquivista, no âmbito dos arquivos institucionais, pode identificar funções e atividades significativas e, nessas atividades especificar que documentos podem ser tidos como provas, assim também ele pode, nos pessoais, analisar os papéis socialmente relevantes e as atividades (que com ele se relacionem) desempenhadas pelos titulares pessoais de arquivos.

A preocupação do já citado A. Cunningham é com a urgência de soluções arquivísticas para o tratamento dos arquivos pessoais, apresentando quatro sugestões: 1. não “repartir” a custódia dos documentos eletrônicos; 2. praticar intervenção anterior junto ao produtor, anteriormente à custódia; 3. montar estratégias de armazenamento que incluam migração, conversão e acesso em rede; 4. promover treinamento em tecnologia da informação para os arquivistas que vão lidar com os documentos pessoais. Ele aconselha, quando possível, uma abordagem proativa e uma intervenção pré-custodial por parte dos arquivistas junto aos documentos pessoais a serem recolhidos. Esse tipo de arquivo, muitas vezes, tem uma natureza bem complexa e frequentemente é-lhe aplicado um tratamento documental demasiado simplista.

Alguns autores contemporâneos têm se preocupado com a exclusão sofrida pelos arquivos de pessoas nos manuais clássicos, quando tratam da teoria e da metodologia arquivísticas, buscando eles preencherem essas lacunas. Cita, por exemplo, como eles aludem, a propósito da avaliação nesses arquivos, da possível relevância da macroavaliação de Terry Cook ou das estratégias de Helen Samuels. Menciona ainda sua própria visão do quanto as normas de avaliação para arquivos institucionais fogem da interioridade individual e da visão de mundo pessoal, havendo toda uma “psicologia do guardar” que não deve ser esquecida. Assim, afirma que os conceitos teóricos da arquivística têm de ser reexaminados à luz da organização desses arquivos. Para isso, propõe uma “constelação” de idéias reunidas em quatro propostas, cada uma detalhadamente explicada, no sentido de que, ao se tratar tecnicamente o arquivo pessoal é preciso pensar: 1. na interação entre o que é pessoal e o que é profissional, dando exemplos do arquivo da escritora Carol Shields; 2. em como os documentos privados podem emergir de experiências pontuais e circunstanciais, não tendo o comprometimento de um *record*; 3. na relação do titular do

arquivo com os documentos como sendo mais emocional, sentimental ou prática do que comprobatória.; 4. no arranjo feito pelo produtor, que pode ser fluido e pessoal, sendo mais pleno de significado do que possa parecer à primeira vista.

Catherine Hobbs é de opinião que se focalize menos a biografia e mais se estude o como é o por quê das relações entre as atividades individuais e a documentação dela resultante. Termina seu capítulo estimulando os arquivistas que lidam com arquivos pessoais a elevarem suas discussões teóricas e metodológicas a respeito ao mesmo nível das que focalizam os arquivos institucionais.

Diante do conjunto de idéias, argumentos, análises, interpretações e propostas apresentado na presente obra, qual proveito se pode sacar, qual matéria debater, e/ou qual triagem deve fazer em relação ao que não lhe diz respeito? Reflexões produtivas e diretrizes a seguir e/ou rechaçar, poderão ser proporcionadas por uma leitura atenta e crítica, entendendo-se os objetivos de cada módulo. Fica evidenciada a proximidade cada vez mais consistente que área dos arquivos tem com a informática, com os sistemas jurídicos, com os métodos, processos e sistemas administrativos, com a ciência da informação, assim como com os modernos rumos da historiografia e da metodologia da história. A arquivística brasileira necessita para poder desfrutar de todo o aporte dessa proximidade e dos novos rumos aqui apontados, ter muito bem definido seu perfil, sua identidade, seu papel e lugar na sociedade do conhecimento. Cabe aos arquivistas, aos alunos e professores dos cursos de arquivologia, aos membros das associações de classe e aos dirigentes das instituições arquivísticas realizarem esse ajuste.

ARQUIVOS PÚBLICOS BRASILEIROS: Estudo dos processos de transferência da informação na internet e sua evolução.

Anna Carla Almeida Mariz

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

1 Introdução

As instituições arquivísticas têm na Internet um recurso de grande potencial para a ampliação dos serviços prestados aos usuários e conseqüentemente o aumento da sua atuação e visibilidade institucional e social, assim como o fortalecimento dos seus vínculos com o cidadão.

Esta pesquisa se propôs a analisar diversos aspectos que envolvem os processos de transferência da informação procedentes das instituições arquivísticas brasileiras no ambiente da internet, e comparar com resultados obtidos em pesquisas anteriores.

A informação arquivística seria aquela contida nos documentos que integram os arquivos, os quais possuem características próprias e definidas. Nesse sentido, o que define ser ele um documento arquivístico é não somente o fato de ser produzido e recebido em função das atividades de um órgão ou pessoa física, mas também a relação orgânica que mantém com os outros documentos do acervo.

Respeitando e reconhecendo suas características, as instituições terão que se renovar, adequando sua missão para a nova realidade, a dos tempos das redes. Os desafios, sob esse aspecto, estão colocados para a área, suscitando novas estratégias de apropriação do espaço aberto por tais dispositivos. Quais as implicações para a Arquivística no que se refere às suas práticas teórico-metodológicas e suas estratégias de transferência da informação?

“A produção e gestão de um *website* passam, neste contexto, a ser uma das estratégias potencialmente mais eficazes de difusão dos arquivos. O *website* de uma instituição arquivística é um instrumento de prestação de serviços dinâmico e atualizável.

Um *website* deste tipo é, antes de tudo, um serviço de informação. Conceber e gerenciar o *website* do arquivo como serviço de informação significa abordá-lo como um espaço virtual que favoreça, a distintos tipos de usos e usuários, o acesso às informações sobre a instituição, sobre seus serviços, sobre seus acervos, sobre as diversas formas de acesso, etc.“ (Jardim: 2002, 4)

As informações arquivísticas constituem-se no acervo de um órgão. Quando tal órgão é público, seus arquivos são encaminhados – após o prazo definido – a outra instituição pública da mesma esfera de atuação, que tem como atividade fim gerir a informação arquivística pública.

Os documentos públicos são básicos para o uso social da informação e para o funcionamento de um governo, estejam eles nos órgãos de origem, ou numa etapa posterior nas instituições arquivísticas. No Brasil essas instituições se encontram em um *locus* periférico, conforme se pode observar.

Pesquisas empreendidas em arquivos municipais e/ou estaduais brasileiros, demonstram que as instituições não têm o acervo tratado em sua totalidade, que é precária a situação no que se refere à existência de Instrumentos de Pesquisa, e que as dificuldades na área de tratamento técnico são consequências da falta de infraestrutura de um modo geral: material, recursos, equipamentos, espaço, e principalmente da carência de recursos humanos, em especial de profissionais com capacitação arquivística. Em muitos casos o acesso não é possível por falta de condições físicas dos acervos e depósitos, em outros casos, por não estarem identificados ou arranjados e pela inexistência de instrumentos de pesquisa. Tais problemas dificultam e, em alguns casos, impedem o acesso à informação arquivística nas instituições, independentes e anteriores ao advento da internet.

O poder público é responsável pela gestão dos documentos arquivísticos públicos, segundo o que determina a legislação brasileira. Compete às instituições arquivísticas, nas suas esferas de atuação correspondentes, promover a gestão, que inclui não apenas os documentos já recolhidos, mas também os documentos que estão nos órgãos de origem. Isto é, os documentos em suas três idades.

Observa-se que a natureza pública dos arquivos poderá ser potencializada – fortalecendo ao mesmo tempo o caráter ‘público’ da internet – se nela ficam disponíveis conteúdos e serviços próprios das instituições públicas arquivísticas, visando ao acesso e à transferência de informação.

A internet é um recurso de grande potencial para as instituições arquivísticas ampliarem os serviços prestados aos seus usuários, e consequentemente sua atuação e visibilidade.

Segundo Jardim “... planejar, criar e gerenciar um *website* para uma instituição arquivística significa oferecer total ou parcialmente serviços que já existem. Além disso, pela própria dinâmica do meio Internet, é possível criar outros serviços que provavelmente não são familiares ao cotidiano das instituições arquivísticas.” (2002:4)

Para justificar essas afirmações, deve-se constatar primeiro, a presença dos arquivos públicos na rede e, segundo, a disponibilização de serviços e conteúdos específicos e as oportunidades de interface oferecidas ao usuário. A análise tem o propósito de detectar como está ocorrendo a transferência da informação nesses espaços, quais as características dos sites, o que eles contêm, bem como a tipologia dos serviços que estão sendo oferecidos.

Foram investigados os sites de Instituições Arquivísticas públicas brasileiras na internet. A primeira busca, com o objetivo de localizar os arquivos públicos brasileiros que disponibilizam informações na internet, se deu em 2003. Foi feita através de mecanismos de busca da internet, como Google e Yahoo, bem como através de alguns sites arquivísticos que indicam links de vários tipos: Associações Profissionais, Instituições de Ensino, Instituições Arquivísticas nacionais e internacionais, entre outras. Essa busca por outras instituições arquivísticas na internet foi sendo refeita periodicamente durante toda a fase da coleta de dados, que se deu entre os meses de março a agosto de 2004 e o total foi fixado em 29 (vinte e nove) endereços na internet.

A coleta de dados consistiu no preenchimento de um formulário para cada site com os critérios a serem analisados. Ao entrar no endereço eletrônico para proceder ao preenchimento do referido formulário, pôde-se ver, através das características, se trata-se ou não de um site. Assim, dos 29 endereços de instituições arquivísticas disponíveis, 20 (vinte) são sites, 1 (um) estava em atualização, portanto não dispunha de todas as seções, e 8 (oito) são páginas dentro de sites (de Secretarias de Cultura ou de Prefeitura, por

exemplo). São instituições arquivísticas localizadas na web, cujo endereço corresponde à página de outro site, casos em que a instituição arquivística é mencionada na estrutura administrativa em questão. A análise foi feita nos vinte sites existentes: 1 (um) do Arquivo Nacional, 10 (dez) estaduais e 9 (nove) municipais. As nove páginas também foram observadas, porém sob outro referencial, somente no que diz respeito ao conteúdo – aspectos gerais e aspectos arquivísticos. As questões referentes ao desenho e estrutura dos sites não poderiam ser aplicadas por não se tratarem de sites.

Em 2009 houve a repetição dessa investigação com o objetivo de comparar com o resultado obtido em 2004 e analisar as possíveis mudanças no período de cinco anos. Assim como na primeira vez, houve a busca das Instituições na internet utilizando os mesmos caminhos e formas de procura. Foi realizada a partir de fevereiro de 2009 e foi sendo revista durante toda a realização da coleta dos dados, que se deu até junho de 2009. Foram levantados 47 endereços de instituições arquivísticas disponíveis. Durante a análise de cada uma das URLs foi sendo verificado que alguns deles não se configuram em sites ou páginas. A análise foi feita nos 26 sites existentes: 1 (um) do Arquivo Nacional, 9 (nove) estaduais e 16 (dezesseis) municipais. Foram encontradas ainda, 19 páginas e 2 blogs, que também foram analisados, como foi feito em 2004; porém, sob um outro referencial já que o universo definido para a pesquisa compreende os sites.

A análise dos sites identificados nas duas ocasiões tem como parâmetros os seguintes critérios: serviços que disponibilizam qual o nível de relacionamento com o usuário, que tipo de consulta pode ser feita ao acervo e elementos relativos aos conteúdos, desenho e estrutura dos sites. Os parâmetros definidos no documento “Diretrizes gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas” do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) de dezembro de 2000 são estudados e considerados como instrumento de análise dos sites que integram o campo empírico da pesquisa.

2 Análise de Conteúdos dos Sites

2.1 Aspectos Gerais

Para o visitante fazer um bom uso do site e conseqüentemente da instituição arquivística, é necessário que ele seja informado sobre o que é o arquivo e o tipo de informação que pode ser obtida na instituição. O site deve conter esse tipo de

esclarecimento visando contextualizar a documentação e as condições de surgimento dos acervos. A página de abertura é o ponto de partida aos vários conteúdos e páginas dos sites. A partir dela é determinado o caminho a ser seguido por cada usuário.

Na primeira etapa da pesquisa, em 2004, apenas dois sites de instituições municipais informavam sobre os objetivos do site, já em 2009, as informações sobre os objetivos do *website* estão presentes em sete, ou seja, 26,9% dos sites. Nesse caso houve um aumento de 10% para 26,9%, o que representa um aumento significativo em relação às informações sobre a Instituição, pois todos os índices aumentaram de forma expressiva. Essas informações sobre a instituição são mais frequentes, mas ainda assim, em 2004 não eram todos que apresentavam; o histórico da instituição aparecia em 19 (dezenove), 95%, sites, apenas um municipal – Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho – não tinha. E em 2009, todos informam sobre o histórico.

As informações sobre o histórico da instituição estão presentes na quase totalidade dos sites na primeira etapa e em todos na segunda etapa. Muitos deles não têm outras informações importantes, como em relação aos instrumentos de pesquisa, mas incluem o histórico. Esse fato pode ter relação com o forte caráter histórico das instituições.

As indicações sobre endereço, telefone (às vezes as formas de acesso) na etapa de 2004, estavam em 19 (dezenove), 95%, sites. Essas indicações são importantes na medida em que a maior parte das pesquisas ainda é feita de forma presencial, na sala de consulta dos arquivos. Portanto, informar como se chega até à instituição é imprescindível. Uma divulgação sobre a instituição arquivística que não ensina como se chega a ela é incompleta e não se efetiva. Já em 2009, todos os sites apresentam essas informações. O Histórico e o endereço das Instituições aumentaram de 95% para 100%. E apesar dessas informações já constarem na quase totalidade dos sites na primeira etapa, ainda assim, é muito positivo que na segunda aferição o índice tenha chegado a 100%.

As informações sobre as competências da Instituição, em 2004 constavam em 17 (dezessete), 85%, sites e em 2009 aparecem em todos os sites, ou seja, houve um aumento de 85% para 100%. A estrutura organizacional estava presente em 10 (dez), 50%, sites, e na segunda etapa está incluída em 18 sites, 69,2%. Os programas de trabalho constavam de 11 (onze), 55%, sites e em 2009 estão em 20 sites, o equivalente a 76,9%, e os quadros diretores que apareciam em 6 (seis), 30%, no segundo momento são informados em 15 ou 57,7% dos sites. As informações sobre os sites apresentaram crescimento em todos os

aspectos, o que demonstra que os sites estão apresentando as instituições de maneira mais completa. As competências da instituição já tinham um bom índice em 2004, de 85% e agora aparecem em todos, 100%. A estrutura organizacional e os programas de trabalho tiveram aumentos bem expressivos e os quadros diretores alcançaram em 2009 um índice que é praticamente o dobro do encontrado em 2004.

A linguagem utilizada em ambas as análises foi considerada adequada em todos os sites, pois de um modo geral é clara, objetiva e formal. É acessível, mas utiliza terminologia arquivística.

2.2 Aspectos Arquivísticos

No que diz respeito aos aspectos arquivísticos propriamente ditos, a maioria das informações apresentadas é sobre o acervo das instituições. Em 2004 constavam em 19 (dezenove), 95%, sites as características gerais do acervo, em 18 (dezoito), 90%, a data limite, em 17 (dezesete), 85%, a tipologia documental e em 14 (quatorze), 70%, a quantificação. Já em 2009, todos os sites informam sobre as características gerais. A data limite e as tipologias documentais estão presentes em 25 (vinte e cinco), 96,2%, sites, e a quantificação do acervo, em 22 (vinte e dois), 84,6%, sites. Em todos esses itens foram observados crescimentos, em relação às características gerais a diferença foi pequena uma vez que na primeira verificação o índice já foi alto (95%) mas na segunda atingiu 100% dos sites, o que é muito positivo. Informações sobre a data limite do acervo cresceram de 90% para 96,2%; sobre as tipologias documentais o aumento foi de 85% também para 96,2% e sobre a quantificação subiu de 70% para 84,6%.

A importância da apresentação de informações sobre o acervo nos sites reside no fato de esta determinar a ida ou não do usuário ao arquivo. Se a instituição divulga seus fundos, que tipos de documentos contém, assuntos e datas-limite, permite que o usuário tenha uma informação preliminar sobre o acervo, o que faz com que ele possa decidir sobre as vantagens e desvantagens de sua ida ao arquivo. Sendo assim, o aumento dessas informações nos sites é muito válido.

Poucos sites indicam seus métodos de trabalho arquivístico: em 2004, 3 (três), 15%, informaram sobre arranjo e descrição dos documentos, o mesmo número relativo ao emprego de tecnologias da informação e 6 (seis), 30%, sobre avaliação e transferência

de documentos. Alguns sites que oferecem informações sobre a avaliação de documentos o fazem como um serviço de utilidade, ensinando como fazer, dando orientações, a saber, o que é, as legislações sobre o assunto, entre outras. Trata-se de um dos mais importantes e controvertidos procedimentos da Arquivologia, gerando uma justificada demanda por informação a respeito. Já em 2009 esse índice subiu para 20 (vinte), 38,5%, sites, da seguinte maneira: 8 (oito), 30%, abordam as questões de arranjo e descrição dos documentos; 7 (sete), 26,9%, mencionam assuntos sobre avaliação e transferência dos documentos e 5 (cinco), 19,2%, sobre o emprego de tecnologias da Informação. Dois dos aspectos apresentaram crescimento, porém os índices de 2004 já eram baixos, então apesar de o aumento ter sido bem significativo, a incidência continua baixa em 2009 e as informações sobre o emprego de TI representaram o aumento menor, de 15% para 19,2%. Sobre arranjo e descrição o índice dobrou, apesar de ainda ser baixo, passou de 15% para 30%. Sobre avaliação e transferência houve até certa diminuição, apesar de pequena, de 30% para 26,9%.

Os Instrumentos de Pesquisa têm uma importância fundamental nos arquivos; a de guiar o usuário através do acervo, de fazer a união entre o pesquisador e o documento. Esse deveria ser também um ponto alto no site. Os Instrumentos de Pesquisa vão permitir que o usuário chegue à informação desejada. Se o arquivo não atende às consultas pela internet, o simples fato de disponibilizar os Instrumentos de Pesquisa já permite que o usuário tome conhecimento do acervo e saiba se ali tem algo que interessa ou não, evitando uma ida desnecessária à Instituição, com perda de tempo em deslocamentos, etc.

Em 2004, as informações sobre os instrumentos de pesquisa estão presentes em 14 (quatorze) sites, 70%, e 12 (doze), 60%, sites, permitem a consulta a algum tipo de instrumento de pesquisa (no mínimo, o Guia de Fundos), alguns estão disponíveis para download:

Dada a importância dos instrumentos de pesquisa para a consulta às instituições arquivísticas é muito significativo que tenha havido evolução nesse aspecto. A possibilidade de consulta aos instrumentos pelo site na internet aumentou de 60% para 80%, o que é uma mudança muito positiva e a consulta a instrumentos através de bases de dados aumentou de 15% para 23%.

Sobre a estrutura de atendimento ao usuário, em 2004, 14 (quatorze), 70%, informam o horário de funcionamento e 16 (dezesesseis), 80%, informam as formas de

atendimento. Em 2009, encontramos a estrutura de funcionamento do atendimento ao usuário em 24 (vinte e quatro), 92,3%, sites, e o horário e as formas de atendimento em 22 (vinte e dois), 84,6%, dos sites. O atendimento ao usuário representa um aspecto importante que demonstra evolução entre as duas verificações.

Apesar de as consultas on-line representarem uma possibilidade de potencial ampliação dos serviços prestados, em 2004 apenas 4 (quatro), 20%, sites incluíam o atendimento a consultas pela Web entre eles. Em 2009 esse índice aumentou para 14 (quatorze), (53%), sites, e essa talvez seja uma das mudanças mais importantes para que a ampliação dos serviços realmente venha a acontecer. O atendimento por correspondência estava presente em 2004, em 5 (cinco), 25%, sites e em 2009 aparece como opção em 9 (nove), 34,6%, sites. A maioria menciona o atendimento no local, na sala de consulta, em ambas as análises: 18 (dezoito), 90%, em 2004 e 25 (vinte e cinco) sites, 96,2% em 2009, às vezes incluindo o horário de funcionamento. A despeito disso, a maioria - 17 (dezesete) em 2004 e 22 (vinte e dois) em 2009 - divulga o e-mail da instituição no site, o que é uma forma de contato, de fazer alguma pergunta ou tirar alguma dúvida, ou até mesmo fazer uma consulta.

Em 2004 ficou claro que a maioria dos sites tinha como pressuposto a ida do usuário até a instituição para proceder à pesquisa. O fato de serem poucos os que atendiam pela web, reforçava a ideia de que o objetivo principal do site era mesmo servir como instrumento de divulgação. Em 2009, pode-se observar uma evolução desse quadro, já que houve aumento do índice de atendimento a consultas pela web, ainda que mesmo crescendo de 20% para 53%, o que é uma diferença considerável, ainda está próximo da metade dos sites, o que não é o suficiente para afirmar que o atendimento aos usuários dos arquivos públicos através dos sites na internet é representativo.

Em 2004, existiam referências a regras gerais de acesso em 4 (quatro), 20%, sites, a restrições de acesso em 3 (três), 15%, sites e à privacidade em apenas 1 (um), 5%. Em 2009, as regras gerais de acesso estão presentes em 18 (dezoito) sites, ou 69,2%. As restrições de acesso são mencionadas em 10 (dez), ou 38,5% dos sites e sobre privacidade apenas em 4 (quatro), ou 15,4%. Esses três aspectos apresentaram índices altos de aumento. Em relação às regras de acesso, o crescimento foi de 20% para 69%, sobre as restrições de acesso, o aumento foi de 15% para 38%. E sobre a privacidade, o índice, apesar de ter subido de 5% para 15%, ainda continua baixo.

Em 2004, os links (externos) arquivísticos estão presentes em 10 (dez), 50%, sites e 8 (oito), 40%, apresentam publicações arquivísticas, e em certos casos permite-se downloads de algumas delas. Em 2009, os links arquivísticos atualizados e as publicações arquivísticas aparecem em 13 sites, ou 50% deles. O site é um canal que pode ser explorado não apenas para a divulgação do acervo e da Instituição, mas também para ampliar a comunicação científica entre profissionais da área da Informação, através da publicação de revistas virtuais, disponibilização de publicações convencionais, anais de eventos, entre outros. Os links arquivísticos permaneceram iguais, 50% e as publicações arquivísticas cresceram de 40% para 50%.

3 Análise de Desenho e Estrutura dos Sites

A importância desse aspecto reside em que o usuário deve encontrar o que procura com facilidade, simplicidade e agilidade. Além disso, o site deve transmitir as ideias com clareza e organização e permitir navegação e interfaces agradáveis. Dificuldades como lentidão e problemas técnicos prejudicam a relação do usuário com o site.

Enquanto em 2004 o recurso "mapa do site" era encontrado em todos os sites e o mecanismo de busca do site existia em poucos deles, apenas 3 (três), 15%, em 2009 o mapa do *website* está disponível em 10 (dez), ou 38,5% dos sites e o mecanismo de busca está presente em 14 (quatorze), 53,8%, sites. Em relação a esse aspecto houve um decréscimo de 100% em 2004 para 38,5% em 2009. Já o mecanismo de busca no site apresentou um crescimento muito bom de 15% para 54%.

O mecanismo de busca é um recurso mais sofisticado que permite uma procura mais específica. Já o mapa do site orienta apenas em relação às várias seções e páginas existentes no site, permitindo uma visão geral do seu conteúdo.

Nas duas análises nenhum site utiliza salas de *chat*, recurso que possibilita a programação de reuniões informais com usuários de vários lugares. E em nenhum dos sites há utilização de som (para entrevistas, discursos, etc), nem gráficos com dados estatísticos.

Em 2004, além dos recursos mencionados acima, nenhum site utilizava imagem em movimento. Apesar de serem recursos passíveis de serem usados na internet, isso não acontecia; os sites apenas reproduziam documentos textuais ou impressos, um exemplo de apropriação da nova tecnologia com a mesma utilização da anterior.

Em 2009, o uso de imagem em movimento já é assinalado. O Arquivo Público Mineiro é o único que disponibiliza imagens em movimento para consulta na internet. São trechos de filmes do acervo que podem ser vistos no site. Além das imagens em movimento, é possível consultar os acervos fotográfico, de revistas e de jornais. O arquivo disponibiliza também um vídeo institucional, no qual é exposto o que é o arquivo, qual o trabalho realizado, entre outras informações sobre o acervo e a instituição, através de imagens em movimento e uma narração. O arquivo de Santos também tem um vídeo institucional no qual se pode conhecer o trabalho do arquivo. Esse vídeo, além de estar disponível no site também está no Youtube.¹

A existência do vídeo institucional é um expediente criativo e atraente para apresentar o trabalho do arquivo de uma forma mais dinâmica do que os tradicionais textos e fotos, além de se apropriar dos recursos que a internet permite.

A possibilidade de consultar parte do acervo de imagem em movimento é uma evolução a ser registrada. Apesar de ainda incipiente, existe em apenas um site, já é um início e traduz-se em uma boa perspectiva para o futuro.

Na etapa de 2004 foi observada a existência de informação sobre a data de criação do site em 7 (sete), 35%, deles e o mesmo número para a data da última atualização. Já em 2009 apenas 4 (quatro), 15,4%, sites indicam a sua data de criação, e em 2 (dois), 7,7% consta a data da última atualização. A data da atualização constitui um ponto fundamental para o uso do site e a credibilidade em relação ao seu conteúdo. As datas de criação do site e da última atualização foram dois aspectos que apresentaram diminuição de 35% em 2004 para 15% e 7% em 2009 respectivamente. Denotando assim, significante retrocesso.

Em 2004 era possível utilizar download para obter documentos institucionais em 8 (oito), 40%, sites, já em 2009 é possível em 12, 46,2%, sites, e as instruções para facilitar o processo (especificações sobre o tamanho do arquivo, formato, etc) existiam em apenas 1 (um) site em 2004 e em 3, 11,5%, em 2009. Houve crescimento, porém pequeno. O recurso de disponibilizar documentos para download poderia ser mais utilizado na divulgação do acervo, dos instrumentos de pesquisa, de documentos, publicações, textos científicos e muitos outros.

¹ YouTube é um site que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital. Hospeda uma grande variedade de filmes, vídeos e materiais caseiros. O material encontrado no YouTube pode ser disponibilizado em blogs e sites pessoais através de mecanismos desenvolvidos pelo site.

Alguns exemplos de documentos disponíveis para download: textos de eventos; textos sobre Avaliação, Tabela de Temporalidade, Teoria das três idades, entre outros; Instrumentos de pesquisa; história da cidade; planilhas, questionários; download de publicações arquivísticas: de obras esgotadas, algumas "em breve"; Os de maior incidência na oferta ao usuário são os Instrumentos de Pesquisa.

Em 2004, nenhum dos sites oferecia a opção de navegar sem as imagens, para tornar mais rápido o acesso e em 2009, 2 (dois), 7,7%, oferecem essa opção. Em 2004, estava presente em 7 (sete) sites, 35%, o uso das imagens. Em 2009, há a utilização de ilustrações que efetivamente valorizam e auxiliam os objetivos do *website* em 22 (vinte e dois), 84,6%, dos sites. Nas duas análises não há a utilização de imagens e ilustrações em 3 (três) sites, o que equivale a 15% em 2004 e 11,5% em 2009. A maioria dos sites usa nas suas páginas e seções imagens do acervo e/ou da Instituição Arquivística, a saber, as da fachada, dos depósitos, da equipe trabalhando.

Em alguns casos existem as exposições virtuais, onde se pode ver fotografias do acervo ou reproduções de documentos, com a opção de acesso às imagens ampliadas e com maior resolução.

O uso das imagens apresentou um crescimento muito expressivo, de 35% para 84,6%. E a opção de navegar sem imagens, que não existia na primeira pesquisa, agora existe, mas o crescimento é muito pequeno, de 0 para 7,7%.

A maioria dos sites - 17 (dezessete), 85% em 2004 e 22 (vinte e dois), 84,6% em 2009 - apresenta uma forma de responder a questões ou uma forma de contato através de correio eletrônico. Nesse caso, o índice já era alto e se manteve.

4 Análise das Páginas e Blogs

As instituições arquivísticas com páginas na Internet foram analisadas utilizando um procedimento diverso do empregado para os sites. Foi preenchido o mesmo formulário, porém somente a parte referente ao conteúdo - aspectos gerais e aspectos arquivísticos.

Em 2004 foram encontradas 9 páginas e em 2009 são 19. Cabe observar que o número de páginas encontradas na pesquisa de 2009 é muito maior do que o de 2004, traduzindo-se em um crescimento expressivo, de 110%. E as páginas têm, entre si, níveis muito diferentes de apresentação das Instituições Arquivísticas, em alguns casos apenas

faz menção, indica a existência. Dependendo do caso, as informações sobre a Instituição e seu acervo são detalhadas em maior ou menor nível.

Nesta segunda etapa da verificação, foi observada outra maneira de inserção das Instituições Arquivísticas Públicas na internet que não havia aparecido anteriormente. Na verificação de 2004 as instituições apareceram basicamente de duas maneiras: em formas de sites e de páginas. Na verificação de 2009 foi detectada outra maneira de inserção na internet: os "blogs"², que aparecem duas vezes. Para ter visibilidade e divulgar seus acervos, duas instituições utilizam esse recurso.

É uma maneira mais simples, mais viável economicamente, e portanto mais acessível. Muitos sites oferecem gratuitamente serviço de hospedagem de blog com ferramentas que ajudam na configuração da página na web, e alguns desses sistemas de criação e edição de blogs oferecem facilidades como, por exemplo, ferramentas próprias que dispensam o conhecimento de HTML. Além disso, como tem outro tipo de proposta, oferece também uma maior possibilidade de interação com os usuários e com o público em geral. O processo de comentar em blogs significou uma democratização da publicação, o que consequentemente reduziu as barreiras para que leitores possam se tornar escritores. Este é mais um exemplo de uma solução criativa e prática para atingir o objetivo de que a instituição esteja presente na internet.

5 Considerações Finais

Os diversos dados coletados fornecem um panorama da situação arquivística brasileira em sua interface com a internet, na tentativa de atingir um público mais amplo, atentando, porém, para as limitações que já estavam presentes nas instituições e ainda as novas, as do tempo das redes.

A transferência da informação arquivística tem início no recebimento do documento, porém, inclui todas as fases do tratamento, até a divulgação do seu

² Um **blog** (contração do termo "Web log"), é um site cuja estrutura permite a atualização rápida a partir de acréscimos dos chamados artigos, ou "posts". Estes são, em geral, organizados de forma cronológica inversa, tendo como foco a temática proposta do blog, podendo ser escritos por um número variável de pessoas, de acordo com a política do blog. Muitos blogs fornecem comentários ou notícias sobre um assunto em particular; outros funcionam mais como diários online. Um blog típico combina texto, imagens e links para outros blogs, páginas da web e mídias relacionadas a seu tema. A capacidade de leitores deixarem comentários de forma a interagir com o autor e outros leitores é uma parte importante de muitos blogs.

conteúdo. Um aspecto importante nessa transmissão é o seu aproveitamento pelo usuário, ainda que se considere a parcela inerente de incerteza ligada ao uso efetivo da informação transferida.

Deve-se deslocar o foco, de modo que o receptor da informação tenha mais espaço nesse cenário. A indeterminação do usuário de um arquivo público dificulta demasiadamente essa tarefa, já que pode ser qualquer pessoa, resultando em um conjunto extremamente heterogêneo e, por esse motivo, nem sempre fácil de ser atendido em suas demandas.

O estabelecimento de um site traz significativa ampliação da atuação das Instituições Arquivísticas.

"O *website* de uma instituição arquivística deve ser visto como um instrumento de prestação de serviços – dinâmico e atualizável – e não simplesmente como a reprodução de um folder institucional. Trata-se, na verdade, de um espaço virtual de comunicação com os diferentes tipos de usuários da instituição a ser gerenciado como parte da política de informação da instituição. Dado o potencial e as características da Internet, este espaço, além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões, difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física" (CONARQ: 2000, 4).

A inserção dos acervos arquivísticos na internet implica novos desafios na gestão da informação arquivística. De imediato, ao permitir maior possibilidade de acesso pelos usuários.

A imagem da internet é muitas vezes relacionada à ideia de democracia, de abertura, igualdade, como se o acesso fosse possível a todos – homens e mulheres, velhos e jovens, pobres e ricos – sem exceções. Na prática, a rede não é tão democrática; tampouco o acesso é indiscriminado, uma vez que vários aspectos são limitadores, tais como equipamentos, linhas telefônicas, "analfabetismo digital", entre outros que colocam a internet fora do alcance de grande parte da população mundial. No entanto, é indiscutível seu enorme potencial para a difusão da informação, e a

possibilidade da democratização do acesso à informação pode minimizar as distâncias e seus efeitos negativos.

O quadro analisado em 2004 demonstrava claramente que as instituições arquivísticas gerenciavam as tecnologias atuais com parâmetros semelhantes aos utilizados em tecnologias anteriores. Isso pode ser visto na própria evolução da web. No início, a maior parte das informações disponíveis na rede era semelhante aos documentos impressos, textuais. Com o tempo e a adaptação aos novos ambientes, os sites foram se tornando mais complexos. Porém, com poucas exceções, os sites de instituições arquivísticas brasileiras ainda não saíram daquele estágio inicial.

De um modo geral, os sites das instituições arquivísticas brasileiras ainda apresentam-se com a estrutura dos documentos anteriores em papel. Os guias dos arquivos, os catálogos, inventários, os instrumentos de pesquisa de um modo geral, e, em muitos casos, os próprios documentos são digitalizados e disponibilizados em PDF (Portable Document Format). Há que se ressaltar que, na falta de melhor alternativa, o recurso do PDF é uma solução interessante e muito correta para disponibilizar instrumentos de recuperação da informação que, por várias razões, não podem ser oferecidos *on line*. No entanto, essa alternativa revela que, em muitos casos, as instituições arquivísticas brasileiras ainda não estão se beneficiando das vantagens e dos recursos que a internet permite.

Na análise de 2009 pôde-se observar certo progresso nesse quadro. Uma das evidências disso é um maior número de instrumentos de pesquisas em bases de dados, o que indica uma evolução na possibilidade de interação com o usuário. Outro aspecto detectado em 2009 é a consulta a acervos de imagens em movimento, que não apareceu na primeira etapa da pesquisa e que demonstra uma melhor apropriação das possibilidades tecnológicas da internet. As mudanças ainda são discretas, mas demonstram que houve evolução no período estudado.

O site de uma instituição arquivística oferece os serviços já existentes no local, total ou parcialmente, além de sugerir novas possibilidades às instituições arquivísticas, que vão se somar às já existentes. Amplia o universo dos usuários, alcança um público muito maior, permitindo que façam pesquisas no acervo de instituições arquivísticas de lugares onde nunca estiveram. Esse novo espaço informacional exige ações voltadas para atender às demandas produzidas pelos usuários da rede.

A presença de uma instituição arquivística na internet e os serviços que ela oferece pela rede refletem a sua atuação como instituição arquivística anterior e independentemente da internet. Se ela não tem boa estrutura para atender de maneira presencial, tais como acervo devidamente tratado, pessoal qualificado para tratamento do acervo e atendimento ao público, instrumentos de pesquisa, não vai poder oferecer condições diferentes no plano virtual. A transferência da informação que a instituição arquivística proporciona pela internet não pode ser tão distinta da que ela proporciona no local onde está instalada.

A base da transferência da informação na instituição arquivística está principalmente em como o acervo está organizado, nos recursos humanos disponíveis, nos instrumentos de pesquisa que existem, entre outros. E essa estrutura vai ser necessária tanto para o atendimento presencial quanto para o atendimento à distância. A instituição não tem condições de atender à distância se não tiver condições de atender no local, na sala de consulta.

O grau de visibilidade das instituições arquivísticas pode ter aumentado com a veiculação de seus sites e a maior presença das instituições arquivísticas na internet vem sendo verificada por meio de pesquisas realizadas em diferentes épocas, com cada vez mais progressos nos resultados. A internet passa a ser mais uma forma de divulgação das instituições.

Apesar das suas limitações, as instituições arquivísticas brasileiras estão cada vez mais criando seus sites. Esse crescimento é importante e deve ser incentivado, mas esse recurso deve melhorar, aumentando a oferta e a qualidade dos serviços prestados através da rede.

O adequado uso da internet pode vir a favorecer a instituição arquivística como espaço público de transferência da informação, mesmo levando-se em conta seus problemas e limites. A disponibilização dos acervos arquivísticos na rede redefine os horizontes de acesso à informação, amplia as possibilidades de transferência da informação arquivística, e conseqüentemente os direitos civis e políticos do cidadão, além de permitir uma maior efetividade governamental.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A estrutura do texto e a transferência da informação. **Data Gram Zero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 23 jun. 2005.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago.1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística humanística: da tecnologia ao humanismo. In: **Jornada Arquivística da Unirio**, 11., 1997, Rio de Janeiro.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-287.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

CUNHA, Murilo Bastos. **Internet em 15% dos lares brasileiros**. Mensagem da lista de discussão [Bib_virtual] recebida em 18 set 2004. Disponível em: <http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2004-September/000408.html>. Acesso em: 21 dez 2004.

_____. **Mais dados sobre a internet no Brasil**. Mensagem da lista de discussão [Bib_virtual] recebida em 18 set 2004. Disponível em: <http://listas.ibict.br/pipermail/bib_virtual/2004-September/000409.html>. Acesso em: 21 dez 2004.

DIRETRIZES gerais para a construção de *websites* de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2000.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 99-100, jul./dez. 1988.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação/IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 1998.

GONZALÉZ DE GOMEZ, Maria Néida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

_____. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993. 512 p.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999. Caderno de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 21p.

_____. A dimensão virtual dos arquivos na perspectiva das políticas de informação. In: **Seminário de Capacitación y Gestión en Archivos y Documentación**, 2000, Buenos Aires. 10p.

_____. Entre o local e o virtual: os arquivos municipais na Internet. In: **Simpósio Internacional de Arquivos Municipais**, 2002. Rio de Janeiro, 2002. 8p.

_____. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Eduff, 1995.

_____. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: Eduff, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. In: **I Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica**, 1., 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Latino Americana de Archivos, Arquivo Nacional, Conselho Nacional de Arquivos, 2000. 16p.

JOHNSON, Steven. **Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

KEČSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-9, jul./dez. 1988.

MARINHÓ JUNIOR, Inaldo Barbosa; GUIMARÃES E SILVA, Júnia. Arquivos e Informação: uma parceria promissora. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 1998.

OHIRA, Maria de Lourdes Blatt; CASTRO, Marília Beatriz de; SILVEIRA, Celoi da. **Critérios para a avaliação de conteúdo dos sites dos arquivos públicos estaduais do Brasil**. Florianópolis, 2003. p. 20. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/65-100-p1-100.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2005.

OHIRA, Maria de Lourdes Blatt; MARTINEZ, Priscilla Amorim. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina - Brasil. In: **Congresso Internacional**

de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 1., 2002, São Paulo. Textos do Integrar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 335-358.

OLIVEIRA, Dafse Aparecida. Os arquivos públicos e privados: estratégias para a institucionalização de arquivos municipais. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999. Caderno de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 22p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Arquivos institucionais como unidade de informação: uma questão de marketing? **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 2, n. 2, p. 33-47, jul./dez.2003.

_____. **Gestão de documentos eletrônicos**: uma visão arquivística. Brasília, DF: ABARQ, 2002. 140 p.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 1974. 345 p.

_____. **Problemas arquivísticos do governo brasileiro**: relatório apresentado ao diretor do Arquivo Nacional. Trad. Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960. (Publicações técnicas).

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística**: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Jaime Antunes. Por uma política nacional de arquivos. In: **Mesa Redonda Nacional de Arquivos**, 1999. Caderno de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 13p.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**